



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES - FICS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PAULO BATISTA DE LIMA

**O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NA LITERATURA DOS
ALUNOS DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO**

ASUNCION
2022

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES - FICS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PAULO BATISTA DE LIMA

**O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NA LITERATURA DOS
ALUNOS DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, Curso de Pós-Graduação de Mestrado em Ciências da Educação, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Ciências da Educação, sob a orientação do Professor Doutor Marciel Costa de Oliveira.

ASUNCION
2022

LIMA, Paulo Batista de.

**O processo ensino-aprendizagem na literatura
dos alunos da 2ª série do ensino médio.**

72. f.

Dissertação (Pós-Graduação Mestrado) – Curso de Pós-Graduação
Mestrado em Ciências da Educação. Facultad Interamericana de
Ciencias Sociales, 2022.

1. Educação. 2. Qualidade. 3. Compromisso. I. Título.

CDD:

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO BATISTA DE LIMA

O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM NA LITERATURA DOS ALUNOS DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Tese apresentada à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, defendido e aprovado em ___ de ___ de _____ pela banca examinadora, constituída por:

Prof. Dr. Marciel Costa de Oliveira (Orientador)

1º Membro

2º Membro

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus que é suprema força irradiante de vida, também aos colegas de turma do Curso Mestrado pelo companheirismo.

Aos professores, que aqui estiveram a compartilhar os seus conhecimentos, como também essa instituição de ensino que concedeu- nos oportunidade de realizar pesquisa e qualificação para melhor atuar na área profissional.

Agradecimento especial a meus familiares que vibraram por essa conquista.

E, a todos quanto de forma direta ou indireta, contribuíram para obtenção de mestre em Ciências da Educação, de suma importância ao meu sucesso profissional, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O ensino da literatura tem sido alvo de extenso estudos e debates a respeito de sua aplicabilidade e uso metodológico, uma vez que esse discurso tem se perpetuado por várias décadas no contexto das escolas públicas. E, partindo desse pressuposto de que a Literatura, ao lado da Língua Portuguesa é um componente instrumental teórico-metodológico nas escolas de educação básica, discutida por vários teóricos, o presente trabalho surgiu da necessidade de se constatar na prática, como ocorre o processo ensino-aprendizagem na escola pública atual. Com isso, obteve-se a pesquisa científica para análise, reflexão e produção deste trabalho dissertativo, no qual pode-se constatar as principais causas das dificuldades apresentadas pelos alunos da 2ª série do Ensino Médio, com relação à leitura, escrita e produção textual, assim como averiguar a prática pedagógica de ensino literário, aplicada pelos professores na sala de aula. Dessa forma, espera-se contribuir com o processo educativo no desenvolvimento de competências e habilidades; contemplando teorias científicas que sugerem mudanças de métodos e metodologias, no sentido de melhoria da qualidade do ensino, proporcionando aos estudantes, condições adequadas para uma aprendizagem significativa e de maiores resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Qualidade. Compromisso.

RESUMEN

La enseñanza de la literatura há sido objeto de amplios estúdios y debates em cuanto a su aplicabilidade y uso metodológico, ya que este discurso se há perpetuado durante várias décadas em el contexto de las escuelas publicas. Y, asumiendo que la literatura, junto com la língua portuguesa es un com ponente teórico-metodo-lógico instrumental em las escuelas de educación primária discutido por vários teóricos, el presente trabajo surge de la necesidad de verificar em la práctica como ocurre el processo de enseñanza-aprendizaje enças escuelas públicas actual. Com eso, se obtuvo la investigación científica para el análisis, reflexión y producción de este trabajo de tesis, em el que se pude apreciar los principales causas de las dificultades presentadas por los estudiantes de 2º grado, com respecto a la lectura, la escritura e la producción de tetual, así como para conocer la práctica pedagógica de la enseñanza literária, aplicada por los docentes em el aula. Así, se espera que contribuya al processo educativo em el desarrollo de competencias y habilidades, contemplando teorías científicas que surgieren câmbios em los métodos y metodologías em el sentido de mejores calidades de la enseñanza, blindando a los estudiantes, las condiciones adecuadas para una aprendizaje significativa y mejores resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Educación. Calidad. Cita.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAPITULO I.....	9
2.1	Fatores que interferem no aprendizado da literatura.....	9
2.2.1	Fatores Sociais.....	11
2.2.2	A bagunça	11
2.2.3	Sonhos e planejamento para o futuro	12
2.2.4	Estabilidade familiar.....	12
2.2.5	Perfil de liderança.....	12
2.2.6	Formação dos pais	12
2.2.7	Violência na escola.....	12
2.3	Fatores econômicos.....	13
2.4	Prática do ensino de literatura	14
2.5	Relação cultura e educação.....	18
3	CAPITULO II.....	20
3.1	Referencial teórico.....	20
3.2	Educação, direito de todos.....	21
3.3	Fundamentos legais da educação	25
3.4	História da literatura.....	27
3.5	Reflexões sobre os livros didáticos	28
3.6	A literatura e as questões do ensino	29
3.7	Pressupostos histórico e teórico.....	34
4	CAPITULO III	38
4.1	O planejamento participativo.....	38
4.2	Prática docente.....	40
4.2.1	Ensino e aprendizagem estão conectados?	41
4.2.2	O que é aprendizagem integral?	41
4.3	Procedimentos de ensino	42
4.3.1	Mudança de postura pedagógica	45
4.4	Relatório da pesquisa de campo.....	46
4.4.1	Análise de dados da pesquisa	47

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
	APÊNDICE A - PRÉ-PROJETO DE PESQUISA	56
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE OPINIÃO.....	62
	APÊNDICE C - TABELA DE AMOSTRA DA PESQUISA DE CAMPO	63
	APÊNDICE D - PROJETO ESCOLAR INTERATIVO	65
	APÊNDICE E - RELATÓRIO DE DEFESA DE QUALIFICAÇÃO.....	67
	ANEXO A – FOTO SEMINÁRIO DE LITERATURA.....	68
	ANEXO B – FOTO DEFESA DO PRÉ-PROJETO DE MESTRADO	72

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação de Mestrado em Ciências da Educação tem como tema delimitado, o processo ensino-aprendizagem na literatura dos alunos da 2ª série do ensino médio da Escola Estadual Isaías Vasconcelos.

O problema em questão consiste na desmotivação dos alunos desta referida série, quanto ao aprendizado da literatura. Percebe-se que a maioria dos estudantes, vindos do ensino fundamental e que atualmente encontram-se no ensino médio, apresentam sérias dificuldades na leitura, escrita e produção textual. Dessa forma, tornam-se desmotivados por não conseguirem ler e escrever de acordo com a norma padrão da língua.

Assim sendo, o objetivo geral do pré-projeto será demonstrar a importância do aprendizado da literatura, para os alunos da 2ª série do ensino médio das escolas públicas estaduais no município de Iranduba. E tem como foco de demonstração, a escola Estadual “Isaías Vasconcelos”.

Os objetivos específicos são os seguintes: Identificar os fatores culturais, socioeconômicos, educacionais e pedagógicos, interferentes no processo ensino-aprendizagem da literatura. Investigar as causas que desmotivam o estudo da Literatura e promover alternativas de solução para a melhoria do seu aprendizado.

A hipótese consiste em saber o porquê que tantos alunos não tem a base necessária de conhecimentos teóricos e educativos que não estão somente na literatura, mas também verifica-se isso em outras disciplinas da grade curricular. Sendo que alguns alunos seguem com essas dificuldades até a conclusão do ensino médio.

Este trabalho científico será organizado em três capítulos, nos quais serão abordados o tema, os objetivos, a hipótese, metodologia e outros itens, deverão ser discutidos e analisados de acordo com o pensamento de alguns teóricos que auxiliarão no entendimento dos fatos aqui expostos.

Nesse pressuposto, pretende-se analisar as pesquisas bibliográfica e de campo, as quais foram direcionadas aos alunos, pais de alunos, professores e funcionários, por meio de questionários de perguntas relacionada ao referido assunto pesquisado.

Foram realizadas algumas atividades lúdicas na escola, que sem dúvidas trouxeram resultados de melhoria para o processo ensino-aprendizagem, inclusive no incentivo da leitura, escrita e interpretação. Dessa forma, pretende-se proporcionar a todos os envolvidos nesse processo de pesquisa, a oportunidade de refletir a respeito da prática de ensino, como o

professor ensina e também como o aluno assimila o conhecimento literário que é ministrado na escola, e se realmente há um aprendizado significativo. Cândido (1972: p.53).

Explica que:

A arte, e, portanto, a literatura é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação a realidade natural ou social e um elemento de manipulação técnica indispensável a sua configuração e implicando em uma atitude de gratuidade (CÂNDIDO, 1972, p. 53).

Assim sendo, pensou-se na inovação do trabalho literário de forma dinâmica e lúdica, a partir das expectativas dos alunos. O estudo do texto, devendo ser trabalhado do concreto para o abstrato, a fim de que assim pudéssemos obter um resultado satisfatório com relação ao incentivo para ler, compreender e produzir textos. Além de se promover também, um grande trabalho em equipe no qual estudantes e professores foram inseridos neste projeto tão indispensável ao ensino da literatura.

2 CAPÍTULO I

2.1 Fatores que interferem no aprendizado da literatura

Antes de tratar desse assunto, gostaria de frisar a importância do profissional da educação, frente aos desafios impostos por uma sociedade cada vez mais necessitada de aprimoramento cultural. Embora o trabalho do professor não seja reconhecido ou valorizado como deveria, não deixa de ter o seu devido valor, uma vez que toda a sociedade desenvolve-se por uma educação de qualidade, que seja vista como pilar estrutural para o desenvolvimento de qualquer país, nos âmbitos cultural, social ou econômico.

Pode-se compreender por educação de qualidade, não somente aquela que se obtém na escola, mas a todo perfil de preparação demonstrado no comportamento de cada indivíduo. Ao passo que a escola é um complemento básico contribuinte para essa educação, a qual deve iniciar na família por onde todos iniciamos a vida.

Sabemos que os professores exercem inúmeras funções, que vão além de ensinar a ler e escrever. São outras atribuições necessárias ao cumprimento de seu árduo trabalho como planejamento das aulas, correções de avaliações, reuniões, enfim, que tiram o tempo até para si mesmos. A sobrecarga de trabalhos os impossibilita de “viver” melhor. Nos finais de semana alguns ainda levam atividades para corrigir em casa. Neste sentido, como vai estar preparado, seja no estado físico ou psicológico para receber seu aluno e ministrar sua aula?

Podemos ir além disso. Se o aluno deve ler, o professor necessita ainda mais. Às vezes, este não tem tempo e isso dificulta a sua atuação em sala de aula, para que se possa produzir melhor. Ainda mais nos tempos atuais, quando precisamos estar atualizados, devido às grandes mudanças tecnológicas. Dessa forma, já está mais que provado, a importância do professor para que se tenha um país melhor, com pessoas preparadas não apenas para o mercado de trabalho, mas também para si mesmo nos sentidos ético e profissional.

Como se pode ver, em uma sociedade na qual persistem vários empecilhos sociais, econômicos e culturais assim sendo, não deve-se somente considerar somente o estudante como centro de atenções, mas todo um contexto histórico. E isto faz com que o ensino público seja tão precário no sentido literário. O professor, por sua vez faz parte desse cenário, uma vez que é o agente indispensável na formação das crianças e adolescentes. De forma que ao deixar de valorizá-lo, estaria se pondo em risco o futuro socioeconômico de uma sociedade a qual futuramente poderia ser melhor. Teles (2010 P. 25), afirma que “Não existe escola sem professor, nem sem aluno. Desde priscos tempos, houve quem ensinasse e quem era ensinado.”

Dessa forma podemos entender que a educação vai além dos muros escolares. Esta, para produzir grandes resultados precisa do envolvimento das mais diversas esferas sociais, inclusive investimentos dos governantes municipais, estaduais e federais, e também da parceria dos pais e/ou responsáveis que harmoniosamente podem, juntamente com os professores promover um ensino de qualidade, que realmente prepare o indivíduo para ser um cidadão crítico, atuante, ciente dos seus direitos e deveres. Como sinaliza a Lei nº 5692/71, “nos tempos em que foi elaborada, obrigava o ensino médio a um caráter profissionalizante com o objetivo de formar mão-de-obra semiespecializada para o mercado que se abria”

Após alguns anos, com muita luta, surge a LDBEN nº. 9394/96, que significou um grande avanço como se pode ver nos objetivos a serem alcançados pelo ensino médio (Art. 35):

- I Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II Preparação básica para o trabalho e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de adaptar com flexibilidade à novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III Aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (LDBEN, 1969).

O que esclarece a escola do ensino médio formadora completa do indivíduo para viver em sociedade, no sentido de ser um profissional ético e preparado, como também opta ao prosseguimento dos estudos em níveis superiores. E isso não pode ocorrer sem que haja um processo de ensino aprendido voltado para o ato de ler, escrever e interpretar textos literários ou não literários. Não se trata apenas de formar escritores, mas também do preparo específico de alunos que sejam habituados a ler, motivados para isso, podendo ser pesquisadores e autores de sua própria história de vida.

O professor, nesse caso, é fundamental na mediação do conhecimento. É aquele que pode acrescentar muito mais ao aprendiz uma educação de qualidade escolar, que ao vincular-se à educação familiar, o torna preparado para ser de fato um ser humano útil à sociedade, na qual está inserido.

Na escola é preciso que o professor estimule seus alunos para despertar o interesse para a aprendizagem da literatura, contudo o aluno deve ter vontade de aprender. Nesse sentido, pode-se mais facilmente construir o conhecimento com eficácia, se para isso houver motivação.

Ressalta-se que isso não é o que se percebe na sala de aula. O professor prepara a aula, faz o seu planejamento, mas falta-lhe a motivação necessária, uma vez que para isso ele precisa estar em boas condições físicas e psicológicas. Às vezes isso ocorre por não adotar um método adequado, além de sua insatisfação pelo salário que ganha por uma jornada de trabalho exaustiva.

A aprendizagem significativa, enquanto que é teoria, facilita com que o aprendizado na escola seja significativo, pois posto em prática, torna as aulas interessante e os alunos uma vez motivados, terão maior interesse para a pesquisa e isso os deixarão com maior aptidão para as avaliações internas e externas, além de outras.

Evelyse dos Santos Lemos comenta que “de nada adianta desenvolver uma aula divertida se for encaminhada de forma automática, sem possibilidade à reflexão e a negociação de significados”. A aula só será significativa para o aprendiz, se o conhecimento teórico estiver vinculado à prática.

Observa-se também, que muitas vezes não se prioriza o conhecimento prévio do aluno para um aprendizado significativo. David Ausubel (1918-2008), dizia que “o fator isolado mais importante que influencia o aprendizado é aquilo que o aprendiz já conhece” o qual lhe é familiar.

Nesse pressuposto, vale ressaltar que é importante que o professor esteja sempre em processo de formação continuada, para que dessa forma possa preparar-se mais e melhor para exercer sua profissão. Nessas condições poderá pensar, planejar as aulas para serem ministradas com métodos adequados que favoreçam a assimilação do conhecimento que é passada na escola. Pois que, apesar das adversidades existentes no setor educativo, importa que se prepararem cidadãos críticos, pensantes e participativos.

Quando vive-se um sistema educacional caótico, no qual a educação não é devidamente valorizada, certamente isso se reflete na qualidade do ensino que é passada aos alunos. Segundo pesquisas em escolas públicas diversas no município de Iranduba, vários fatores sociais, culturais, econômicos, familiares e educacionais, interferem no processo ensino aprendizagem da literatura dos alunos do 2º ano do ensino médio. Percebe-se isso no momento que leem e escrevem com muita dificuldade.

2.2.1 Fatores sociais

Quanto ao uso da internet sem moderação. Alguns alunos, uma minoria, com a ajuda dos pais e professores conseguem fazer uso adequado para a pesquisa do conhecimento.

2.2.2 A bagunça.

Em sala de aula é o que mais interfere no desenvolvimento escolar.

2.2.3 Sonhos e planejamento para o futuro.

Alguns estudantes assumem responsabilidades para o próprio sucesso no dia a dia, na busca de suas aspirações.

2.2.4 Estabilidade familiar.

Na maioria dos alunos do nível avançado, seus pais são casados. Entre os de desempenho básico, a ocorrência de pais separados é maior. Constata-se que o bom desempenho dos alunos, depende de como é o relacionamento familiar com seus pais.

2.2.5 Perfil de liderança.

Nas relações sociais a liderança está mais nos alunos de desempenho acima da média ou abaixo, em que os líderes da interação social com os colegas, situam-se nas faixas avançadas e básica, enquanto que os liderados aparecem mais na faixa proficiente.

2.2.6 Formação dos pais.

O número de alunos avançados com pais diplomados em nível superior era mais que o dobro comparado aos de nível básico.

2.2.7 Violência na escola.

Nossa escola não é diferente das demais escolas públicas. Existem também problema da violência escolar que dar-se de forma física e psicológica, entre alunos e alunos/professores.

Conforme pesquisas iniciais nos anos de 1980: (...) é no quadro de uma amplademandanda de segurança por parte dos moradores das periferias dos centros urbanos que fenômeno da violência nos estabelecimentos escolares torna-se visível e para acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil, desde o início dos anos 80 (Sposito, 2001, p. 90) Neste sentido, pode-se registrar três tipos de situação: a manutenção das depredações, furtos ou roubos dos patrimônios; o incremento das agressões físicas entre os alunos; e casos de agressão verbais de aluno contra professores.

Embora os resultados sejam bastante fragmentários, é possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas, atingidas não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas as práticas de agressões, interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. Dentre estas últimas, as agressões verbais e ameaças são as mais frequentes (SPOSITO, 2001, p.10).

Pode-se perceber no passar dos anos que apesar do preparo profissional dos educadores, a violência escolar aumenta anos após outro, pois em alguns lugares do Brasil, ver-se agressões fatais de alunos com professores e aos demais funcionários. Vale ressaltar que casos como esses não atingem somente as vítimas, mas também a todos da instituição escolar, uma vez que seu funcionamento depende daqueles que ali trabalham.

2.3 Fatores econômicos

Por fatores socioeconômicos a escola pesquisada Isaías Vasconcelos, funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno, com modalidade ensino médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Segundo dados de 2020 ela conta com o público alvo de 1.168 alunos, sendo 410 de 2ª série e o restante das demais séries. A maioria dos quais utiliza o transporte coletivo para locomoção de casa à escola. Percebe-se que a alimentação escolar é a única refeição diária para alguns desses alunos, tornando-se dessa forma a maior motivação para quem a frequenta. Contudo, são os que apresentam maior índice de participação tanto na frequência, quanto nas avaliações internas.

No turno noturno, onde constata-se o maior índice de evasão escolar, muitos alunos, por razões socioeconômicas, precisam trabalhar e dessa forma desistem dos estudos. Pereira (2009, p.11.), conclui a sua investigação sobre o ensino informal para o teatro, ele confirma a função econômica e formativa de uma ação pedagógica inovadora, que dá asa e liberta o educando, afirmando: “Surgem artistas mais críticos, mais instrumentalizados, empenhados em serem respeitados o que amplia o mercado de trabalho.”

Sabe-se que na atualidade, a educação brasileira em comparação de como era nos anos anteriores, já avançou muito, oportunizando mais aqueles que não podiam estudar por precárias condições econômicas. Entretanto, é necessário haver muito mais investimento educacional, ou seja políticas públicas, pois ainda existem muitos analfabetos no Brasil, além de um ensino de baixa qualidade nas escolas públicas municipais e estaduais. De acordo com o pensamento de Freire (2005):

A escola pública continua sem dominar sequer, as ferramentas necessárias ao manejo social para se instituir como elemento transformador, visto que a educação escolar não avançou nesse sentido e continua reproduzindo ritos antigos, nos quais o educando é apenas um aluno sem luz-objeto e não sujeito da sua ação formativa (FREIRE, 2005).

2.4 Prática do ensino de literatura

Como foi dito, o ensino de literatura nas escolas passa por meio de mudanças, uma vez que os educadores tentam inovar suas metodologias tradicionais, pelas quais possam desmistificar os paradigmas que impedem a compreensão ampla dos conhecimentos literários.

Mas ainda pode-se constatar nas escolas, aulas nas quais os alunos não encontram nenhum significado, pois são meramente decorativas em características históricas e datas antigas, sem vínculos com a realidade do estudante. O professor por não ter tempo de selecionar textos literários para suas aulas mais dinâmicas, e até mesmo pelo estresse do dia-a-dia, devido ao árduo trabalho em diferentes escolas, prefere usar os materiais didáticos como ferramenta de trabalho pedagógico mais acessível. Dessa forma, restringe-se aos livros didáticos, deixando a interdisciplinaridade para outro momento, que não acontece. Como propôs Silva (1998), sem entender as relações intertextuais, reconstruindo o não dito, fazendo interferência o aluno encara a literatura como algo complexo, difícil de ser compreendido.

Outro fator importante a observar-se, está na preocupação do aluno estudar para ser aprovado nas avaliações externas como ENEM, vestibulares e outros. Desse modo o ensino literário preocupa-se mais por índices de pesquisas, em detrimento de se estabelecer estratégias de melhoria do modo da relação texto-leitor. O aluno por sua vez, não consegue acompanhar o ritmo de leituras indicadas pelo professor e começa a encarar a leitura literária como prática cansativa. Nesse sentido, é preciso pensar um novo paradigma para o ensino de literatura, de modo a preparar melhor uma sociedade de pessoas que a valorize e que seja uma prática constante na vida cotidiana. Que a escola possa desmistificar a concepção escolarizada da literatura como fenômeno decorativo, belo, cuja leitura ajudará o aluno a escrever bons textos.

Pode-se também reavaliar os enfoques que o reinventam o trabalho com a literatura em sala de aula (estruturalismo, formalismo, biografismo e outros). Evitar trabalhar a literatura apenas por meio de textos fragmentados e descontextualizados, apresentados pela maioria dos livros didáticos. Considerar a diversidade de leitura produzida pelos alunos em contextos não escolares, reconhecendo a importância de valorizar o leitor na atualização da significação textual de modo a valorizar as histórias de leituras dos alunos.

Segundo Coelho (2000, p. 21), a partir dos anos 60, altera-se pela base, todas as práticas metodológicas, pois se exige que as aulas, de meramente expositivas e informativas, passem a ser interativas, dialogantes e provocativas da curiosidade e atenção dos educandos.

Nesse contexto também podemos destacar os recursos tecnológicos como fator importante para a melhoria do processo ensino aprendizagem na literatura, uma vez, que na

atualidade torna-se necessário o uso adequado dessa ferramenta digital nas aulas práticas, de modo a incentivar cada vez mais o estudante a adentrar no universo da literatura. Dessa forma, não se perderá espaço diante de outras formas atrativas de comunicação, como e-books, blogs, chats, etc.

Vale ressaltar que cabe a cada educador nesse tempo ímpar de avanço tecnológico, que é mundial, o dever da inovação da aprendizagem literária, na qual os alunos possam desenvolver suas potencialidades na imaginação e criatividade, ajudando-os com que os recursos tecnológicos sejam bem utilizados na busca do próprio conhecimento deles. Diante dessa realidade, pode-se perceber pouca relação da mídia na construção do conhecimento e que muitos educadores ainda preferem a utilização de técnicas instrumentais antigas ao invés de adequar-se às atuais. Mas para isso, precisamos que o sistema educacional também os ajude na fomentação de políticas públicas sérias nas escolas públicas que possam equipá-las de material tecnológico, de modo auxiliar os professores e estudantes no exercício profissional docente e discente.

Outra situação que dificulta para aprendizagem da leitura literária é o fator da contextualidade de disciplina. Os conhecimentos não devem estar isolados, senão que passados para o aluno de forma integrada a outros conceitos interdisciplinares, para que tenham significados.

Segundo Zilberman (s/d:32), “Só o vestibular explica a presença da literatura no ensino médio, pois o conhecimento da literatura não é propriamente profissionalizante, o aluno ao estudá-la, não adquire nenhum saber prático com o qual possa se manter financeiramente”. Sabe-se que há muita resistência de alguns profissionais do magistério para que adotem um trabalho pedagógico contextualizado. No entanto, muitos dos quais vêm mudando suas práticas em sala de aula de modo a ensinar a literatura de forma que os alunos possam realmente pensar, refletir e traduzir os textos que leem. Dessa forma, surge a figura de pessoas que veem a leitura como uma saída para vários problemas da humanidade como pode-se exemplificar: o aprimoramento cultural, socioeconômico, político e outros.

Vale ressaltar que a prática do ensino da literatura requer todo um planejamento, para que se obtenha um resultado satisfatório no aprendizado dos alunos. Como em qualquer trabalho, devemos nos planejar, muito mais ainda, torna-se necessário quando se trata do ensino escolar uma vez, que precisamos estar habilitados para saber lidar com pessoas. E que cada pessoa é distinta e pode desenvolver os saberes de forma mais rápido ou não.

Uma aula realizada sem o devido planejamento pode até acontecer, mas não acredito que haja sucesso para o aprendizado sucedido, como deve acontecer com o indivíduo que planeja o seu trabalho, seja para qual for a atividade que venha a ser feita.

O ato de planejar deve estar vinculado com a realidade, mas a autora comenta que o planejamento às vezes se apresenta desvinculado da realidade social, sendo entendido e praticado como uma ação mecânica e burocrática do professor, havendo pouca contribuição para o aumento da qualidade da ação pedagógica desenvolvida na escola (Lopes, 1991).

Na maioria das vezes que o planejamento não é feito de acordo com a realidade dos alunos de uma determinada escola, por exemplo, no caso do ensino médio, onde vários alunos não acompanham o conteúdo de uma determinada série, seria conveniente repensar os conteúdos que não foram bem assimilados nos anos anteriores. Dessa forma, haveria maior possibilidade de um ensino aprendido de melhor aproveitamento.

Outro fator importante pode-se considerar no planejamento é que o professor leve em consideração o contexto social de onde e com quem ele irá trabalhar. Esse cuidado é necessário para que haja viabilidade no sucesso da educação e da aprendizagem. E, também para que não ocorra o “lamentável” de que o mesmo seja engavetado, como infelizmente tem acontecido em muitas escolas brasileiras de base escolar.

De acordo com Medeiros (1998), estruturar ou organizar uma aula sem ter um referencial sobre o que, o porquê e o como transmitir certo conteúdo/assunto, torna esse fazer muito embaraçoso. Segundo a autora, o planejamento é o “fio condutor” da prática docente, e na ausência deste, o professor desproverá de uma direção conexa entre as informações a serem repassadas, do desenvolvimento das atividades e da articulação entre objetivo, conteúdo e método. Esta autora comenta que, comumente, os planejamentos não transmitem de fato a realidade da atividade, ou seja, a construção do planejamento vem ao encontro apenas de uma obrigação constitucional, e quando terminada a elaboração ele é rapidamente “engavetado”. Nessa circunstância o planejamento só configuraria uma tremenda perda de tempo e a prática do professor certamente necessitaria de uma organização sistematizada.

O planejamento participativo também se faz importante de acordo com Viana (1986), porque aparece como uma nova forma de pensar, decidir e agir, podemos conduzir a bons resultados, em virtude da ocorrência de grande número de falhas, descontinuidade e não credibilidade. Para a autora, somente as pessoas conscientes poderão reverter esse quadro que encontramos na escola.

Como vemos, planejar o que fazemos é importante tanto para o professor, quanto para os alunos, pois direciona o caminho a ser percorrido ao que queremos realizar. Na área

escolar isso é fundamental, pois o planejamento proporcionará realizar as previsões e conseguirá executá-la para atingirmos os objetivos e finalidades traçadas.

Conforme Martins (2000) e Libâneo (1994), o planejamento é junção do próprio professor, cabendo a ele também a revisão e adaptação das atividades didáticas, no desenrolar do processo de ensino. Não se pode conceber que uma aula poderia ser de qualidade, sem que o professor planeje suas ações com muito cuidado, pensando e refletindo sua prática, a fim de que seu trabalho pedagógico seja de grande aproveitamento para o aluno. Segundo Marques (1979), o planejar é uma atividade de suma importância para garantir eficiência de desempenho. O planejamento estabelece requisitos importantíssimos que preveem alguns instrumentos de trabalho e de medidas, com o objetivo de fiscalizar sua prática pedagógica e corrigi-la constantemente buscando melhor adequá-las às intenções almejadas, pelas atividades que se realizam. Dentre esses requisitos temos: a definição dos resultados que se quer alcançar, em qual período de tempo ocorrerá as atividades, com quais recursos materiais e humanos, e por meio de que procedimentos metodológicos, estratégicos e técnicos de ensino essa informação será transmitida. Segundo o autor, o planejamento possibilita a fragmentação do conhecimento em pequenas partes e unidades, adaptando o conteúdo às condições de aprendizagem, do aluno, para possibilitar o aprendizado do que lhe é realmente importante, sequenciado de forma lógica e interessante.

O planejamento possibilita a distribuição equitativa da atividade do professor e do aluno de forma a evitar que em qualquer momento, o ensino assuma as características de um monólogo sem sentido [...] O planejamento é importante na educação porque garante ao professor um progressivo aperfeiçoamento, abrindo-lhe novas e mais ricas perspectivas quanto ao conteúdo e quanto ao método, torna o ensino mais metódico, construtivo e eficaz, reajustando-o continuamente aos progressos da ciência, às necessidades reais dos alunos e às exigências da vida social em constante evolução (Marques, 1977, p. 115; 123).

A desmotivação no ambiente escolar. Entende-se que a desmotivação interfere negativamente no processo ensino-aprendizagem. Entre as causas da falta de motivação, o planejamento e o desenvolvimento das aulas realizadas pelos professores são os fatores determinantes. O professor deve fundamentar seu trabalho conforme as necessidades de seus alunos considerando sempre o momento emocional e as ansiedades que permeiam a vida do aluno naquele momento.

O tipo de ambiente escolar influencia muito na adaptação dos jovens, no processo ensino-aprendizagem e na motivação, colaborando e estimulando positivamente, caso haja um ambiente propício. A partir disso, sabe-se que o estilo de ensino, tamanho da classe e a infraestrutura da escola contribuem para o bom desenvolvimento dos alunos no ensino fundamental, que é a base para um ensino médio sucedido.

Para Boruchovitch & Bzuneck (2001), a motivação tornou-se um problema em educação, pela simples constatação de que sua ausência representa queda de investimento e, conseqüentemente na qualidade das tarefas da aprendizagem. Na medida que as crianças avançam nos anos escolares observa-se que o interesse cai e facilmente instala-se dúvidas quanto à capacidade de aprender certas matérias. O esforço, principal indicador de motivação, só é utilizado se o aluno acreditar na capacidade do êxito.

O grande desafio da atualidade é averiguar as razões da motivação para aprendizagem e buscar estratégias eficazes que ajudem a reverter esse quadro. Para motivar os alunos, é imprescindível analisar as formas de pensar e aprender para desenvolver estratégias de ensino que partam das suas condições reais, devendo ir além do cognitivo e avaliar a afetividade.

O ensino aprendido, em qualquer nível, só tem sentido quando implica na aprendizagem, por isso conhecer como o professor ensina e entender como o professor aprende. Só assim o processo educativo poderá acontecer e o aluno conseguirá aprender a pensar, a sentir e agir. Não há aprendizagem sem motivação, assim um aluno está motivado quando sente necessidade de aprender e por meio dessa necessidade, o aluno se dedica às tarefas até se sentir satisfeito.

Verifica-se que a motivação dos alunos depende em parte da motivação dos professores do ambiente escolar, das dinâmicas em sala de aula, e que isso influencia no seu grau de aprendizado, visto que as atividades motivadoras propostas por professores e as motivações dos alunos, em relação do dever de casa e ao entendimento da aula, resultam em maior qualidade do ensino.

2.5 Relação cultura e educação

A cultura faz parte do nosso íntimo, somos criadores e propagadores da cultura, de forma que a manifestamos de diversas maneiras. Mas o que é cultura e qual sua relação com a educação? Candou (2003), afirma que cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar. Ou seja, a cultura é por sua vez um componente ativo na vida do ser humano e manifesta-se nos atos mais corriqueiros da conduta do indivíduo e, não há indivíduo que não possua cultura, pelo contrário cada um é criador e propagador de cultura.

Para Darcy Ribeiro (1972), cultura também é uma herança que se resume em um conjunto de saberes que são repassados através das gerações, saberes estes manifestados e experimentados pelos ancestrais.

Quando se trata de cultura e educação, podemos dizer que são estes fenômenos intrinsecamente ligados, a cultura e à educação juntas tornam-se elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos educandos e dos educadores, quando adotamos a cultura como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, estamos permitindo que cada indivíduo que frequenta o ambiente escolar se sinta participante do processo educacional, pois ele nota que seu modo de ser e vestir não é mais visto como “antiético” ou “imoral”, mas sim uma forma de este se socializar com os demais colegas, alguns autores defendem a ideia de que a educação não pode sobreviver sem a cultura e nem a cultura sem a educação. Candau (2003, p.160) afirma que “A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural.”

Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados como uma teia tecida no cotidiano e com fios e noz profundamente articulados.

Para Vera Candau, a escola além de ser uma instituição, ela também é uma instituição cultural, na qual estão inseridos nela diversos grupos sociais que não devem ser ignorados pelos educadores muito menos pela escola, mas sim valorizados através de discussões e feiras, para que as culturas não tradicionais possam ser conhecidas e reconhecidas quanto às suas ideologias e formas de ser.

Neste sentido, a escola deveria seguir o papel de intermediador entre as diferentes culturas jovens, permitindo o debate entre elas e por certo a valorização delas através dos eventos escolares ou outros meios pedagógicos. É possível sim a incorporação da cultura no processo de aprendizagem, mas desde que haja meios, ideias e preparo do corpo docente para lidar com este novo desafio.

3 CAPÍTULO II

3.1 Referencial teórico

Como já foi relatado, os alunos do ensino médio apresentam dificuldades para ler, escrever e compreender texto. Percebe-se que no ensino fundamental não houve a devida preparação desses alunos para que pudessem dominar os conteúdos com eficiência. A falta de base é uma das causas para o fracasso e abandono escolar que devem ser combatidos, principalmente pelos educadores. Estes devem inovar seus métodos e repriorizar os conhecimentos que não foram aprendidos em anos anteriores para que sejam revisados.

O aluno, por sua vez, ganhará muito com isso, inclusive terá maior confiança, por sentir-se apto e preparado no acompanhamento das aulas. Conforme a autora Emília Ferreiro, a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta a interação social, na escola ou fora dela. Neste processo a criança passa por etapas, com avanços e recuos, até se apossar do código linguístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável.

De acordo com a teoria exposta em *Psicogênese da Língua Escrita*, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada.

- Pré-Silábica: Não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada;
- Silábica: Interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma;
- Silábico-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas;
- Alfabética: domina, enfim, o valor das letras e sílabas.

Dessa forma a autora Ferreiro (1937), apresenta as etapas que cada criança ao ingressar na escola, deve seguir para que assim possa desenvolver suas aptidões no decorrer da Educação Básica, de modo que o processo ensino-aprendizagem, não lhe seja um fardo tão pesado e difícil de carregar.

Resenthal e Jacobson (1968), fizeram um estudo em que professoras foram levadas a acreditar que alguns de seus alunos deveriam apresentar grande progresso escolar ao longo do ano e esses alunos realmente mostraram tais progressos. Os autores sugerem que a explicação para tal resultado está na sutil interação entre o professor e seus alunos: o tom de voz, a postura, a expressão facial seriam os meios pelos quais, involuntariamente, o professor comunica suas expectativas aos seus alunos e essa comunicação contribui para o aluno construir a concepção de si. Assim, é possível que o aluno vá mal porque é isso que se espera dele, ou

seja, a expectativa negativa do professor pode, constituir um fator de risco para o desempenho acadêmico dos alunos.

Assim sendo, é necessário que haja na escola muito incentivo, inclusive o otimismo de todos que compõe a equipe escolar: gestores, pedagogos e supervisores escolares, também do corpo docente e, principalmente dos pais e responsáveis pela educação escolar de seus filhos. Percebe-se quanto a isso, um grande problema da maioria dos alunos que cursam o ensino médio, não terem acompanhamento. Ou seja, quando são crianças, seus pais estão frequentes na escola. Estes alunos, conseguem maior êxito no aprendizado, ao passo que não acontece o mesmo com os outros, cujos pais não se comprometem. Consequentemente, temos muitos problemas de famílias desestruturadas que contribuem para agravar ainda mais as dificuldades do aprendizado na literatura e também em outras disciplinas.

Neste sentido, a educação deveria contar mais com a participação de todos. Contudo, cada educador deverá exercer seu trabalho na expectativa de contribuir com o processo ensino-aprendizado de seus alunos, a fim de que estes possam realizar seus sonhos.

Guirlane (2004), afirma que a influência do ambiente escolar é significativa, tanto sobre problemas de comportamento, como sobre dificuldades de aprendizagem acadêmica. As crianças que não vão bem na escola, sofrem uma pressão criada por uma rede de pessoas significativas em suas vidas e da sociedade em geral.

3.2 Educação, direito de todos

O educador Demerval Saviani (1986, p.120), afirma que os problemas da educação brasileira, somente podem ser entendidos a partir da compreensão do contexto em que se situam. Ou seja, é preciso olhar a educação de um país a partir dos problemas a ela relacionados e sem a qual nossa percepção ficaria limitada ao aparente, e poderíamos não perceber o verdadeiro significado dos problemas, seja por carência de profundidade de leitura que fazemos da realidade prática, seja por falta de reflexão em torno dos aspectos social, político e econômico. Na sociedade globalizada neoliberal esses dois aspectos ou limites estão claramente ligados as ideias das classes dirigentes da sociedade, por fazerem parte das suas estratégias de alienação social.

Nesse sentido, afirma o autor acima citado (idem, p.120), “como atividade mediadora a educação se situa, em face das demais manifestações sociais em termos de ação recíproca.” Para melhor compreender essa afirmação, é importante entender que a educação está presente em todas as manifestações sociais, sejam as relacionadas à cultura, aos costumes,

aos símbolos identificados pela sociedade, seja na conjuntura política ou econômica. A conjuntura diz respeito ao momento político-social que cada sociedade atravessa, seja grave ou não, o fato é que toda conjuntura mostra o grau de desenvolvimento social, político e econômico de cada grupo social, político e econômico de cada grupo social ou sociedade.

A educação, portanto, é provavelmente, a questão mais importante a ser tratada por qualquer sociedade moderna. Na educação está a garantia do presente e futuro do país. Quando olhamos mais detidamente a sociedade brasileira, com que realidade nos deparamos? Inicialmente, não nos deparamos com uma única realidade, mas com realidades.

O Brasil é um país muito grande, composto de uma grande diversidade populacional. Para falar de Brasil, temos necessariamente que falar dos povos que formam essa grande sociedade, constituída por diversos povos indígenas, com uma imensa diversidade cultural, que constitui uma das mais importantes riquezas do país; as populações do campo e das cidades.

E o que tem essas populações de diferente? Naturalmente que tudo nelas é diferente, mas uma das principais diferenças, a que marca sua existência dentro do cenário nacional é a participação de cada grupo no usufruto da riqueza econômica e educacional do país.

A educação se configura, portanto, como uma atividade mediadora da cidadania. É fundamental entender que educação é um direito e que se constitui num fundamento, sem o qual a sociedade não atingiria o estágio de desenvolvimento e de civilização buscado por todos.

Quando falamos em educação não vamos tratar aqui, somente da educação formal praticada nas escolas públicas ou privadas, mas, sobretudo, da atividade cultural que repassa todo o contexto das relações sociais, sejam de caráter formal, informal ou não formal. Mas na questão da educação formal, a educação escolar é a responsável para transmissão de valores socioculturais e de conhecimentos necessários para a compreensão do currículo da sociedade. Entende-se currículo como tudo o que aprendemos em todos os lugares; a escola é um dos lugares de aprendizagem, todavia, não é o único.

Para que o país se desenvolva é necessário construir uma educação escolar forte e com qualidade. Não com a qualidade entendida como “qualidade total”, a palavra chave do mercado neoliberal, mas como qualidade capaz de “ajudar a formar o cidadão consciente de suas responsabilidades e de seus direitos” (Rinalva Silva 1992; p.100).

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto

que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político (Chauí, 1989, p.20).

Este reconhecimento positivado dentro de um Estado Democrático de Direito, tem atrás de si um longo caminho percorrido. Da instrução própria das primeiras letras no Império, reservado apenas aos cidadãos, ao ensino primário de quatro anos nos estados da Velha República, do ensino primário obrigatório e gratuito na Constituição de 1934 à sua extensão para oito anos em 1967 derrubando a barreira dos exames de admissão, chegamos ao direito público subjetivo e ao novo conceito ora analisado (Fávero, 1996; Cury, 2000). O artigo 205 CF (Constituição Federal) 1988 é claro. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Essa definição, bela e forte, se vê reforçada pelo artigo 6º da CF, como o primeiro dos direitos sociais. Do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertencem como tal. Estamos diante de uma proclamação legal e conceitual bastante avançada, mormente diante da dramática situação que um passado de omissão legou ao presente. Do dever, dever do Estado nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivá-las, quanto dos poderes constituídos, da colaboração vinda da parte de outros sujeitos implicados nessa obrigação (Cury, 2002). A educação escolar, pois é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consistente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado. E como se trata de um direito juridicamente protegido em especial como direito público subjetivo no âmbito do ensino fundamental, é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições. Daí a LDB, o Plano Nacional de Educação e outros diplomas legais buscarem garantir esse direito (Castro, 1998).

Contudo, esse avanço jurídico, expresso em um novo conceitual, o é assim porque os que por ele lutaram se viram diante de uma dramática situação fática, cuja existência é indicadora da permanência do velho. O velho advém de longa data e de grave tradição em nosso país. Denunciavam-no os mais consistentes trabalhos dos autores literários, desde Cairo Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, desde o ficcionismo realista de Machado de Assis e de Lima Barreto, às análises clássicas de Raymundo Faoro, Francisco de Oliveira e de Wanderley Guilherme dos Santos e ao drama relatado pelas fotos de Sebastião Salgado, pelo ficcionismo

atual de Luiz Fuffato ou por meio de filmes como Cidade de Deus, cuja produção confirmaram os frios e constantes números das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA e de órgãos internacionais. No conjunto, tais análises e resultados não hesitam em contrastar a luta entre o velho e o novo tal como uma modernidade na economia e uma desigualdade social presa em formas autocráticas, autoritárias de mando política.

A chamada modernização conservadora permitia o avanço econômico pela manutenção de formas arcaicas de poder e cuja reiteração e repetição torna uma tragédia essa invasão do passado nas realidades presentes. De todo modo, a realidade pré 88 já vinha conhecendo essa luta entre o velho e o novo, por já abrigar uma sociedade civil que deixava de ser “gelatinosa.” Constituía-se uma nova esfera pública democrática, tanto para combater o poder governamental antidemocrático como para reivindicar as várias faces da democratização, aí incluída a do Estado. Novos sujeitos políticos surgiram com projetos diferentes para o futuro. Firmava-se a convicção de que o Brasil não tinha incompatibilidade com a organização da vida democrática e a democracia política poderia conviver com justiça social. A ditadura que nos roubara a possibilidade de fazer política sob suas múltiplas expressões, confirmando a recorrente situação de que ela era privilégio de poucos, agora se via às voltas com a pujança de novos atores sociopolíticos. O ordenamento jurídico, movido por essa onda contestatória e esperançosa, teria que incorporar conceitos novos, abstratos, que dessem forma à nova substância nascente.

Nesse sentido, a ordem real teria de ser atravessada no plano de direito positivo pela ordem normativa jurídica de tipo democrático. A intervenção normativa democrática ajudaria a cumprir uma função de rupturas pelo menos de balizadora crítica dos velhos modos de ser petrificados na ordem consuetudinária. (Rego, 2006, p. 186).

E nesse momento de ruptura com a ordem existente que a CF (Constituição Federal) atravessa dando-lhe novos contornos organizacionais e chamando essa mesma ordem para uma cidadania aberta a todos. Assim, para fazê-la direito de todos era imprescindível que houvesse algo em comum ou universal. É dessa inspiração declarada e garantida na Constituição, que a educação escolar é proclamada direito. Dela se espera a abertura, além de si, para outras dimensões da cidadania e da aquisição de conhecimentos necessários à vida, a ereção de novos hábitos e novos padrões pelos quais se haveria de instituir, de modo organizado e sistemático, uma “vontade geral democrática” até então inexistente no país (Teixeira, 1996). O status quo da escola existente até então, não atendia à exigência de elevação quantitativa e qualitativa desses novos padrões da educação. Ora, a LDB captou esse espírito e o traduziu pelo conceito

de educação básica”, conceito novo expresso em uma declaração de direito de todos a ser realizado em uma educação escolar que contivesse elementos comuns. De um lado o combate à desigualdade, a discriminação e a intolerância, de outro lado, o apontamento condução da educação escolar pelo princípio, também novo, da gestão democrática”

3.3 Fundamentos legais da educação

É importante ressaltar que até a promulgação da Lei 9.394/96, além de todo o conjunto de regulamentações, estava em vigência quatro leis da educação, além de outras medidas legais, como parecer e normas do conselho Federal de Educação. Estava em vigência a partes da Lei 4.024/61, a Lei 5.540/68 lei de reforma do ensino superior a Lei 5.692/71, que criou o ensino do primeiro e do segundo graus e a Lei 7.044/82, como afirmado acima aprovada para facultar o ensino profissionalizante do nível de 2º grau.

A Lei 9.394/96, superou todas as normas relativas à educação escolar existentes anteriormente. Definiu a estrutura atual da educação formal brasileira e deu início a um novo modelo de educação no Brasil, fundamentada em novos princípios e pilares, visando a formação de um novo cidadão. No discurso e na prática, essa lei tem muitos desafios a enfrentar. A dívida do país com a educação das populações mais pobres é muito grande e mesmo, nas cidades a distância entre a educação das elites e do povo, demonstram essa grande dívida. Essa é somente a ponta do “iceberg” dos problemas educacionais que a sociedade brasileira está enfrentando. Além disso, a educação tem a função de ser a ferramenta básica do desenvolvimento econômico e social do país. É o instrumento sem o qual o país não conseguirá sair do seu atraso histórico, tanto político quanto social e econômico.

Muito se tem sido escrito e publicado a respeito da LDB, nem sempre apontando aspectos positivos. Contudo ainda que consideremos a carência das críticas, não se pode desprezar diversos pontos positivos da lei. Podemos até arriscar dizer que a lei por si, já representou um avanço significativo se considerarmos a política que o país adotou durante o período de 1971 a 1976, período de vigência da Lei 5.692/71 e de suas medidas complementares.

Contudo, há autores que afirmam que não se pode deixar de esclarecer que a LDB 4.024/61 era mais rica ao conceituar a educação como processo formativo da infância e da juventude. Deu mais ênfase aos fins (liberdade e ideias de solidariedade) sendo mais enfática nestes que nos meios. Em outras palavras, a lei anterior era mais humanizadora, estando mais preocupada com os autos valores humanos. A lei atual, apesar do que já foi dito sobre seus

avanços prioriza mais os aspectos sociológicos que os aspectos filosóficos, dando mais valor aos meios e ao aparato físico estrutural da educação que ao homem que está sendo formado, e isto está sendo levado a cabo através de mecanismos eficientes de dinamização dos processos de eficiência dos resultados.

Pode parecer contraditório se considerarmos que aquela lei aprovada durante ditatorial iniciado em 1964. Porém não se deve esquecer que ela sofreu forte influência dos pensadores liberais desde o primeiro quartel do século XX. Ou seja, do que desejavam uma educação de qualidade, laica e pública, ainda que elitizada.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/96, como é mais conhecida, traz consigo a utopia inaugurada na Constituição Federal de 1988, fundada no princípio maior que é a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (art. 1º III, CF/88). Não esqueçamos esse princípio, pois todas as políticas públicas no Brasil, a partir da CF/88 giram em torno dele. Se ainda estamos longe de realizar a utopia é porque a dívida social é muito densa e muito nos falta para chegar no ponto ideal preconizado pela Constituição.

Na Art. 1º, a LDB/96 faz uma afirmação que define seu caráter de atualidade, pois reconhece que o ser humano se desenvolve durante todo o processo de sua vida, não ficando esse trajeto reduzido ao período em que o indivíduo passa na escola. Isso constitui um avanço, pois possibilita que as convivências dos indivíduos na sociedade adquiram significado dinâmico e permanente como disse Paulo Freire referindo-se à capacidade humana de aprender, “o ser humano nasce programado para aprender, e esse aprendizado dura toda vida, do nascimento à morte”.

O aprendizado tem início na família, se estende por todo o processo de convivência humana, seja no trabalho, na escola, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais. Isso pressupõe a formação de cidadãos participativos e bem formados para a construção da obra do bem comum. Qualquer crítica sobre a inexistência das condições práticas que viabilizam a efetivação da política educacional, não pode ser amputada à lei em si. Tudo que está escrito constitui a intenção da sociedade para com seu projeto social. Cabe cobrar das autoridades sua efetivação e cumprimento, assim como cabe ao indivíduo cumprir as leis do país.

O não cumprimento do que está definido em lei é o que faz a lei se tornar letra morta. Não é o caso da LDB. Até aqui o esforço do governo e da sociedade organizada, para com a lei tem favorecido avanços importantes para a educação como um todo. O otimismo, todavia, não deve causar o exagero de pensar que tudo está bem, pois não está. Anteriormente, já fizemos referência sobre a grande dívida social que o país tem para com as populações pobres.

Essa dívida vem sendo corrigida, tanto que o país vem melhorando seus índices em todos os níveis, seja econômico, social e educacional.

Assim sendo, fica claro que a educação escolar é uma obrigação social, que deve-se estar dividida entre a família, o estado e a sociedade. A família como célula manter e o estado como instituição da sociedade, legítima, com poder de gerir a riqueza social, assim como seu projeto de nação.

3.4 História da literatura

Outra questão problemática no livro didático é o modelo seguido para estudar a literatura. Estuda-se mais histórico da literatura e não as obras em particular. E que história da literatura se estuda? Quase sempre os estilos de época na ordem cronológica. Não cabe aqui discutir essa opção, mas discutir como ela se realiza nos livros didáticos. Noutras palavras, a opção por ensinar história da literatura, muitas vezes presa a uma abordagem cronológica, evolucionista, priva o aluno de um estudo mais detido de um poeta, de um ficcionista ou dramaturgo. Por eleger uma formação de caráter enciclopédico, acaba-se por conhecer muito pouco cada obra, sobretudo no que ela tem de singular. A poesia, sai quase sempre, prejudicada, porque as obras não são estudadas na sua complexidade e sim como meros exemplos de determinado estilo de época. Alfredo Bosi, num ensaio fundamental em que discute os deferentes momentos da historiografia literária brasileira, lembra:

Uma história da literatura brasileira que pretendesse ser verdadeira, isto é, fiel a seu objeto, deveria admitir que os textos dispostos no tempo do relógio não tem nem a continuidade nem a organicidade dos fenômenos da natureza. Os escritos de ficção, objeto por excelência de uma história da literatura, são individualizações descontínuas do processo cultural. Enquanto individuações, podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos), como variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negação das convenções dominantes. (BOSI; 2002, p. 09-10).

Não nos parece que nossos livros didáticos estejam preocupados com as individuações, antes, eles tendem a apresentar as obras meramente como exemplares de determinados estilos de época. Não se trata de negar a história da literatura, antes diria, de valoriza-la, mas não privilegiando um método que força a memorização e não a experiência real da leitura dos textos.

Diante disso, percebe-se que o método utilizado por professores no ensino literário, não está adequado para que se possa estimular os alunos a lê por prazer. É necessário que se promova estratégias que permitam maior engajamento no entendimento textual do que somente memorização de estilos cronológicos.

3.5 Reflexões sobre os livros didáticos

Algumas perguntas me ocorrem: precisamos de livros didáticos de literatura? Como eles, tem contribuído para a formação de leitores de obras literárias? Não seria mais rico, em vez de estudar literatura no ensino médio de um modo atrelado ao invés historicista, ler as obras com os alunos? Temos hoje, no mercado editorial, uma diversidade de antologias de poetas de antologias de contos e crônicas, de diferentes edições de um mesmo romance e de peças teatrais. Não seria mais produtivo, estudar por exemplo, Gregório de Matos, lendo em sala de aula uma diversidade maior de poemas do que qualquer livro didático? Ler os poemas, analisar alguns, realizar debates sobre outros etc. Para tanto, os professores precisariam buscar inclusive, fundamentação em inúmeros trabalho de crítica literária à disposição em livros, artigos, teses e dissertações.

Mas essa proposta vai de encontro ao método que reduz o ensino da literatura à mera exposição de características de estilos de época, que prioriza mais o exercício de memorização do que a convivência com o texto literário. A escola é o lugar da leitura e da discussão. E não há problema nenhum em passar 10 ou 15 minutos lendo um conto e depois discutindo aspectos de sua linguagem, atitudes de determinados personagens, ideologias escondidas em certos gestos e algumas falas. A leitura de um conto de 5 ou 6 páginas tem duração máxima de 15 minutos. (Alunos e professores acham que estão perdendo tempo em ler na escola.) E o professor poderia ir lendo e comentando, suscitando debates, confrontos com pontos de vida diferentes etc.

As condições sociais da absoluta maioria de nossos professores, a própria formação a que tiveram acesso na universidade tornam quase impossível a hipótese de deixar de lado o livro didático. (Algumas apostilas de grandes grupos de escolas particulares são, de fato, livros didáticos também. E alguns deles são verdadeiras colagens de outros livros). Elaborar o próprio material, como dizem fazer algumas escolas particulares é de fato, copiar diferentes livros, exercícios, teorias, exposições e sínteses. Junte-se a isto o diminuto tempo de leitura que estes profissionais têm. Se há alguns anos os professores chegaram a ter dois meses de férias por ano, o que compensava um pouco os inúmeros fins de semana atolados em correções e elaborações de provas, o que favorecia o exercício livre de leitura (leitura de romance, de livros de poemas, de autoajuda etc.), indispensável para descobrir novos autores, visitar e revistar determinadas obras, hoje os meses de janeiro ou julho, dependendo da região do país, são tomados por reunião, planejamentos e outras atividades que nem sempre fazem alavancar a prática educativa.

Guiamo-nos, sempre, pela visão de que a literatura tem uma função humanizadora, de que nos falou tão bem Antônio Cândido (1995). O crítico paulista entende por humanização:

O processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota da humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CÂNDIDO, 1995, p. 249).

Há que se perguntar se em nossas práticas, lançando mão de diferentes suportes que veiculam as obras literárias, oportunizamos aos jovens leitores um encontro no texto literário, o desenvolvimento dessa “quota de humanidade” de que nos fala Antônio Cândido. Se suportes como o livro didático de literatura são indispensáveis em muitas situações, é preciso também compreender os seus limites, lutar para que seus ganhos sejam preservados e apontar sugestões para que seu desempenho melhore e ele cumpra seus objetivos sempre temporários, sempre carecendo de serem repensados. Ou seja, mesmo conscientes de que os livros didáticos são mercadorias, não se pode esquecer que são mercadorias que podem formar milhões de pessoas e que, portanto, não deverão ser pautadas prioritariamente por questão de mercado.

Esse papel humanizador de que fala o estudioso está em perfeita sintonia com as novas concepções de ensino, comprometidos com a formação para a cidadania. Contudo, não se pode ver nos textos literários apenas a sua camada ideológica, seu conteúdo. Partilhar com jovens a leitura de um texto literário é ensinar a ler, função primordial das aulas de literatura.

Por essa razão, não se pode perder de vista o fato de que toda atividade de leitura, principalmente com jovens desenvolve habilidades essenciais para formação de um leitor autônomo e competente.

3.6 A literatura e as questões do ensino

Desde a implantação do ensino no Brasil, a literatura tem ocupado diferentes contextos e sofrido determinações que vão do gosto diferentes do Imperador à escola proposta pelo currículo. Da retórica e da poética derivam umas multiplicidades e de concepções em termo da presença do texto literário em sala de aula, até a que propõem utilizá-lo como motivações para o estudo da gramática em livros didáticos, considerando os artifícios de composição literária como “defeitos” a serem corrigidos, segundo a “boa conduta” das gramáticas cheirando a mofo.

Apenas de ser mal interpretada e mal compreendida, a literatura sobreviveu a esses massacres e, aos poucos, apareceu entre os programas escolares, entendida pelos professores

de “Língua Portuguesa e Literatura” como manifestação cultural de um povo, sem o rótulo de regional/nacional, como até pouco tempo se lia em estudos dessa natureza. Mas essa aparente presença é duvidosa. Se houve uma “boa vontade” em se repensar o valor do texto literário em sala de aula, houve também uma ditadura explícita nos programas de governo que reduziu o número de aulas semanais, gerando um distanciamento significativo entre literatura e leitores. Assim, com a restrição da carga horária e a unificação da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura, o destino dos textos literários ficou a cargo do profissional, que, por motivos de preferência ou de habilidades, tratou a Língua Portuguesa com maior ênfase, como se o artefato literário fosse um produto externo à língua.

Se a sociedade já se sentia desconfortável diante do analfabetismo funcional, com o cercamento da carga horária e a falta de entendimento por parte de um número significativos de professores, a ausência de leitura literária somente se agravou. Não é necessário apresentar aqui gráficos contundentes para comprovar os índices de aproveitamento em exames e vestibulares, pois até mesmo os meios de comunicação não interessados neste assunto têm vinculados as desastrosas experiências resultantes de concursos como o ENEM e os resultados insatisfatórios diante dos testes para o ingresso de jovens em busca de emprego, em diferentes áreas de trabalho, no que diz respeito à manipulação do texto e sua compreensão. E o que a literatura tem a ver com o quadro social? – Perguntaria o leitor mais atento. A questão tem seus desdobramentos.

Um deles é a questão da falta de manipulação do texto literário no meio escolar, uma prática visível ao longo da história educacional brasileira, que afastou, conseqüentemente, o leitor do texto. Se o aluno lia pouco com a presença do texto literário em sala de aula, passou a ler e a interpretar menos com a ausência dele.

Várias alternativas institucionalizadas foram apresentadas no que diz respeito à formação de leitores incluindo no termo “leitores”, os literários propriamente que contribuíram no desempenho dos alunos. Dentre eles, o lançamento de parâmetros para nortear o trabalho docente no fortalecimento da formação do aluno em suas competências, para que ocorressem bons resultados não só no âmbito escolar, como também, nas questões de capacitação para o trabalho.

Nem mesmo o receituário prescrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foi eficaz para mudar a prática docente, pelo menos em sua maioria, no sentido docente, pelo menos em sua maioria, no sentido de compreender o lugar da literatura entre as demais disciplinas postas pelo sistema. A introdução anuncia aos professores:

[...] se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria na qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. (PCNs, introdução, 1997 p. 13).

Publicados em 1997, os PCNs apresentaram subsídios aos professores para auxiliá-los na compreensão do desenvolvimento das potencialidades dos alunos, mas se eximiram da solução integral dos entraves recorrentes na educação. De fato, eles não cumpriram nem mesmo a função catalisadora, uma vez que não são produto de quem vive a rotina da sala de aula, nem tampouco foram discutidos de forma mais profunda com os principais agentes de transformação a quem foram destinados. Houve a preocupação em se elaborar um documento diretório para o ensino, mas chegou às mãos dos professores sem aviso prévio, sem recomendações.

Em sua estrutura, por exemplo, observa-se que a literatura não foi apresentada de forma detalhada em sua constituição. Ela apareceu num conjunto maior designado Linguagens, Códigos e suas tecnologias, que visa, entre outros objetivos, “analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos da linguagem, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção” (Item C, PCNEM, 2000, p. 104).

Se apenas este item fosse esclarecido ao meio docente e colocado em prática, efetivamente, no ensino, a realidade teria outra configuração no que concerne ao trabalho com o texto literário e sua rede de associações como contexto, a natureza, função, organização, estrutura, produção e recepção conforme aponta excerto acima. O texto literário não seria objeto apenas de estudos gramaticais ou de estudos diacrônicos para mostrar o quadro das escolas literárias em sua evolução histórica, que promove muito mais um ensino historiográfico do que o conhecimento das especificidades do fazer literário.

Talvez seja esse o fator principal que desencadeia uma rede de contradições no momento de ser apresentado um texto literário ao aluno quer da Educação Infantil, do Ensino Fundamental ou Médio. Estabelecer as ramificações de significado que alcança sua dimensão cultural tem sido, ao que parece diante dos relatos e das práticas observados, o entrave que impossibilita o movimento centrípeto e centrífugo proposto por Irye (2000), na leitura e interpretação de textos literários, bem como sua relação com outras áreas do conhecimento.

Se tal entendimento fosse uma prática constante, e não um obstáculo, a proposta dos PCNs encontraria consonância nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (DCNEM,1998), por exemplo, quando sugerem o trabalho interdisciplinar:

A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do ensino médio. [...], tendo presente esse fato, é fácil constatar que algumas disciplinas se identificam e aproximam, outras se diferenciam e distanciam, em vários aspectos; pelos métodos e procedimentos que envolvem, pelo objeto que pretendem conhecer, ou ainda pelo tipo de habilidades que mobilizam naquele que a investiga, conhece, ensina ou aprende. (DCNEM, Parecer CEB 15/98).

Se as propostas dos PCNs e das DCNEM não demonstraram resultados satisfatórios na demanda educacional, é porque existem lacunas que podem ser preenchidas, vistas as necessidades locais e institucionais. Isto quer dizer que não é preciso descartar as duas propostas em questão, pois anunciam que “a parte diversificada do currículo poderia atender às especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”, conforme propõe a LDB (Art. 26), complementando a base comum. Os PCNs reforçam a ideia ao argumentar que:

[...] o desenvolvimento da parte diversificada, não implica profissionalização, mas diversificação de experiências escolares com o objetivo de enriquecimento curricular, ou mesmo aprofundamento de estudos, quando o contexto assim exigir. O seu objetivo principal é desenvolver e consolidar conhecimentos das áreas, de forma contextualizada, referindo-os à atividades das práticas sócias e produtivas (PCNS Ensino médio, 2000, p.22).

Cientes da abertura que as instituições possuem para montar a parte diversificada e da proposta de trabalho interdisciplinar, os profissionais do ensino, envolvidos com a Língua Portuguesa e Artes, tem o respaldo da lei para incrementar os currículos escolares a ponto de transformá-los em ações atrativas, pelas quais a formação do leitor, por meio de textos literários, atingiria expoentes significativos.

Nesse contexto, os PCNs propõem a compreensão de sistemas simbólicos em diferentes suportes para que as linguagens se inter-relacionem nas práticas sócias e na história, como um eixo integrador que a interdisciplinaridade proporciona. Assim, “as Artes, incluindo-se à literatura, como expressão criadora e geradora de significação de uma linguagem e do uso que se faz dos seus elementos e de suas regras em outras linguagens” (PCNs, 2000, p. 19-20) estão postos nesses diferentes suportes que envolvem “o reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, dentre outras, se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos (léxico) e relações (regras) que são significativos” (p. 19).

Compreendidas os sistemas simbólicos em seus suportes, a literatura pode assumir espaço catalisador entre as diferentes áreas, e não ser pensada apenas pelo viés didático ou pedagógico. Assim, seriam esclarecidos os objetivos em torno do ensino da literatura. Ensina-

se literatura? Ou, aprende-se literatura? Acerca dessa questão, Frye (2000) apresenta algumas dificuldades que permeiam a natureza da literatura e da herética literária. Assim concebe que;

[...] a arte, como natureza, é o assunto de um estudo sistemático e tem de ser distinguida do próprio estudo, que é a crítica. É, portanto, impossível “aprender literatura” aprende-se sobre ela de uma certa maneira, mas o que se aprende, transitivamente, é crítica de literatura. Da mesma forma, a dificuldade frequentemente sentida em “ensinar literatura” vem do fato de que isso não pode ser feito crítica de literatura é tudo o que ser ensinado diretamente (FRYE, 2000, p.13).

Como as instituições de ensino poderiam então viabilizar a presença da literatura em sala de aula, como princípio norteador de formar leitores literários sem a ditadura dos currículos, da carga horária ou dos estudos da crítica literária? Sem dúvida, poderiam ser lançadas diversas respostas a essa indagação, cada uma a partir da concepção de que se tem de ensino, de literatura, de leitor e de estratégias para que o texto artístico seja lido como eixo integrador da interdisciplinaridade.

O nó a ser desatado, de início, é o que se prende à formação profissional que irá intermediar o contato entre o leitor e o texto (ou outro suporte). Quem é o profissional que atua na área da linguagem? Na Educação Infantil têm-se os pedagogos, preparados para o trabalho com as primeiras séries. São eles, os responsáveis por colocar nas mãos dos leitores ágrafos, ainda o livro. Essa iniciação desencadeará a proximidade ou não do leitor e o texto futuramente.

Isso se justifica pela natureza peculiar da criança que se encanta ao ouvir a história contada pelo professor. De ouvinte a manipulador do objeto de seu encantamento, é um pequeno salto, desde que haja do profissional dessa área, consciência, que não se importará se o aluno sabe decodificar ou não. O que é necessário é a promoção do encontro do leitor com o livro de literatura infantil, seja ele apenas ilustrado ou com a história narrada, ou ainda com poemas. Aqui, poderia ser resgatada uma infinidade de histórias do folclore brasileiro, com suas parlendas, cantigas de roda, quadrinhos, dentre outras, que fariam a ponte entre o texto e a cultura. No caso de Mato Grosso, especificamente, há um fabuloso acervo de textos indígenas, por exemplo, que contribuem para a formação do aluno em relação às relações sociais e étnicas.

Já no Ensino Fundamental II, (do 5º ano ao 9º) tem-se um aluno alfabetizado. É o que prevê a legislação em termos de avanço na aprendizagem, porém, sabe-se que o quadro é demasiado preocupante em termos de qualidade. Nesta fase, a literatura também poderia ser o aporte aos profissionais na manipulação de um conjunto de crônicas, mitos e lendas brasileiros que, certamente, despertariam o gosto pelo texto literário sem as amarras das infundáveis lista de perguntas, usuais de livros didáticos que não contribuem em nada para o exercício da fruição do teor artístico a ser absorvido.

Com o volume de itens disponíveis em impressos e meios eletrônicos, o profissional de letras que atua nessas séries ou anos, poderá ter a oportunidade de adequar o cronograma de sua disciplina às necessidades da turma, levando-a ter uma interação com o texto literário e suas conexões com as demais áreas do conhecimento. Não cabe nesta fase a preocupação com a análise propriamente do texto, ou o teor da crítica em torno dele. O que norteará o trabalho é a veiculação dos diferentes gêneros, estilos e autores, levando o aluno a compreender os artifícios da linguagem literária para diferenciá-la de outras formas de linguagem.

Em relação ao ensino médio, a questão que envolve a literatura e o ensino torna-se mais acentuada em virtude da cultura que se impôs ao meio escolar, elegendo um número de obras o cânone, geralmente, para obedecer às listas solicitadas nos vestibulares ou para o ENEM, (Exame Nacional do Ensino Médio). Esse fator limita a leitura de obras variadas, pois se destina à formação de um leitor raso, que deverá saber apenas o que os exames cobrarão. Aliada a esta questão, está a de que os autores contemporâneos, como também, os regionais acabam ficando fora dessas indicações, autenticando os nomes que já foram consagrados pelo cânone.

Além disso, têm-se a ditadura do livro didático ou do material apostilado, ambos com apresentação diacrônica de obras, segundo as escolas literárias, seu estilo e principais nomes. Acompanha essa estrutura pequenos fragmentos, descontextualizados, nos quais não se reconhecem as características gerais do texto e sua conexão com outras obras e outras culturas. É preciso mostrar ao aluno o que há de específico no texto literário, considerando que cada um, escrito em sua época, apresenta recursos expressivos intrínsecos, o que promove a abertura para compará-los e interrelacioná-los.

3.7 Pressupostos histórico e teórico

No âmbito de muitas discussões, que envolviam a aprendizagem e o uso de língua portuguesa recebeu a literatura uma valorização específica, pois era nela que se colocavam as esperanças de superação dos problemas experimentados na sala de aula. Com efeito, se os diagnósticos identificavam as dificuldades de leitura e expressão escrita por parte dos estudantes, era à literatura, representada por obras de ficção e de poesias, que se transferiam os créditos e as expectativas de mudança e de sucesso quando exercício da ação educativa por parte dos docentes. A literatura encarnava a utopia de uma escola renovada e eficiente, de que resultavam a aprendizagem do aluno e a gratificação profissional do professor.

Quase três décadas depois, muita água rolou por debaixo da ponte, o Brasil se redemocratizou, o surto inflacionário, crescente na década de 80 do século XX, foi contido, uma nova Constituição passou a vigorar a partir de 1998, a economia globalizou-se, o ensino básico passou por outras e sucessivas reformas, algumas nominais (antes de chamar-se ensino básico, foi designado sucessivamente ensino fundamental e secundário, e ensino de primeiro e segundo graus, por exemplo) e outras estruturais, estabeleceram-se parâmetros curriculares e, após a virada do milênio, o sistema de cotas passou a vigorar em muitas universidades públicas, tornando se obrigatório.

A cultura experimentou igualmente alterações substantivas; os meios de comunicação de massa expandiram-se de modo notável do ponto de vista tecnológico e instrumental, introduziram-se novos suportes, como o eletrônico e digital, e dispositivos revolucionários, como o computador pessoal e o telefone celular. Comparados os meios de veiculação de textos utilizados no começo dos anos 80, com os disponíveis ao final da primeira década do nosso milênio parece gigantesco, embora menos de trinta medeie um tempo e outro. Na passagem dos anos 70 para os 80, o livro apresentava-se como o receptáculo soberano e insofismável do texto, crença hoje descontada mesmo por aqueles que entendem o impresso como constituindo ainda o formato mais adequado para receber e perenizar a escrita, em decorrência de seu baixo custo e facilidades de manuseio e de circulação.

Outras mudanças fizeram-se igualmente notar no Brasil no século XXI: a globalização e o neoliberalismo impuseram novas formas de financiamento da cultura, visto que o Estado, em muitas ocasiões, deixa-a ao desamparo. Por outro lado, obsoleceram críticas, como as emanadas dos pensadores associados à Escola de Frankfurt, condenando a indústria cultural e seus subprodutos como os best-sellers, as histórias em quadrinhos, a novela de televisão ou as manipulações populares, como o cordel, funk, o rap, e o hip pop, expressões muitas vezes anônimas, como o causo, o meio rural, o grafite, no cenário-urbano e a fanfiction, no ambiente digital.

O aparecimento dos estudos culturais e a sua consolidação na universidade sinalizam não apenas o novo olhar posto sobre a cultura, mas as modificações por quê essa passou no trânsito do século XX para o XXI. A ruptura das fronteiras entre o centro e a periferia, o erudito e o pulular, entre a “alta literatura” e o pop, entre o clássico e fashion, o rural e o urbano, determinou certa euforia que vigora nos meios tantos acadêmicos, quanto artísticos. A constatação de que tudo é cultura, e de que tudo é válido, alarga as potencialidades de criação e de investigação, de que resulta o bem-estar reinante nos segmentos focados nas expressões da arte e do pensamento.

Tudo o que mudou parece ter mudado para melhor menos a escola, com duas consequências; a aprendizagem dos alunos, a situação do professor, as políticas públicas dirigidas à educação, para não se mencionarem as condições de trabalho, onde predomina a insegurança, e o espaço físico das salas de aulas, degradado e degradante. Onde deveria reinar a mesma euforia, predominam a desolação, o desestímulo, os sentimentos de decepção e de fracasso.

Com efeito, os problemas educacionais permanecem, tendo se somado novas razões às antigas queixas. O empobrecimento da escola pública é visível em toda o país, ampliando-se a clivagem entre as instituições de ensino destinadas às classes pobres, localizadas na periferia urbana e as que atendem as camadas superiores. A depauperação dos professores, submetidos a maus salários e ao desdém por parte do poder público, se evidencia em ambos às maiores cobranças, seja pelos velhos problemas persistirem, de que resultam performances negativas em avaliações contínuas (PISA, SAEB, entre outros), seja por não saberem se posicionar perante os novos desafios, os que são colocados pelas mudanças tecnológicas e científicas que seguidamente monopolizam as preferências dos jovens e os que dizem respeito à situação vivida em nossos dias pela mocidade, vítima e sujeito da violência urbana, rotineira no cotidiano nacional.

Diante disso, novas questões se evidenciam: como formar leitores competentes de textos escritos informativos, simultaneamente, bons apreciadores de literatura? Ou é preferível optar por preparar leitores em, ao menos, uma dessas modalidades, esperando que, por decorrência, o resultado conduza o aluno a outro tipo de texto? Drummond também aqui dá a letra, quando escreve: “Visito os fatos, não te encontro. Onde te ocultas, precária síntese, Penhor de meu sono, luz. Dormindo acesa da varanda? (ANDRADE, 2002: 126)

Como se observou, nos anos 80, as fichas eram colocadas na leitura da literatura, aposta que ainda compartilhamos, embora tenhamos necessariamente de reconhecer as mudanças ocorridas e as necessidades apresentadas. Para tanto, não podemos deixar de ter presente o que literatura oferece ao seu leitor, incluindo nesse processo o que representa o ato de ler. Assim, não se trata de rejeitar o caminho percorrido, mas de ajustá-lo aos novos tempos, pois a história não pára. Trata-se por outro lado, de reiterar premissas e pressupostos, para que se atinjam as metas desejadas, constando entre elas a melhoria das condições de

ensino, por meio do alcance de resultados positivos em sala de aula, a valorização do professor e a progressiva democratização do saber na sociedade brasileira contemporânea.

4 CAPÍTULO III

4.1 O planejamento participativo

No percurso dessa conversa tratou-se das dificuldades apresentadas pelos alunos com relação à literatura, escrita, compreensão e produção textual. Percebe-se que a literatura é um estudo descontextualizado e no momento de sua ministração em sala de aula não tem tido grande aproveitamento no que é ensinado, pois o aluno não consegue fazer a leitura de mundo por falta da prática de leitura. Além de tudo, existem outros fatores sociais, econômicos, educacionais, que impedem com que haja uma aprendizagem significativa. Contudo, alguns teóricos da educação recomendam como se pode reverter esse quadro caótico e no qual encontra-se o ensino público. Vejamos algumas práticas pedagógicas que poderão ajudar na postura metodológica dos professores na sala de aula.

Para realização de uma prática docente eficaz, além da qualificação contínua, ou seja de novas possibilidades de produção e de aquisição de conhecimento, é fundamental que o professor adote alguns hábitos e mecanismo indispensáveis para a concretização da aprendizagem. Um destes hábitos que se pode considerar imprescindível é o planejamento de ensino. Neste caso, abordaremos o planejamento educacional, procurando entender o que é e quais são seus objetivos para a partir desse instante, compreendermos sua importância, refletindo sobre quem fica encarregado de fazê-lo e de executá-lo e sobre os seus desdobramentos (planos de curso, de unidade e de aula). Para isto, utilizamos de pesquisa bibliográfica a partir do referencial produzido na área da educação.

Para Piletti (1990), planejar é estudar, nesse sentido é assumir atitudes sérias diante de um problema, procurando pensar e refletir para escolher as melhores alternativas de ações possíveis para alcançar os objetivos que são determinados por certa realidade.

O ato de planejar deve estar vinculado com a realidade, mas a autora comenta que o planejamento de ensino às vezes se apresenta desvinculado da realidade social, sendo entendido e praticado como uma ação mecânica e burocrática do professor, havendo pouca contribuição para o aumento da qualidade de ação pedagógica desenvolvida na escola (Lopes, 1991).

No entender de Piletti (1990), o planejamento de ensino consiste em demonstrar o que o professor ministrará em sua sala de aula, para que os alunos alcancem os objetivos educacionais propostos e acontece em quatro etapas: o conhecimento da realidade, a elaboração do plano, e o seu aperfeiçoamento.

São várias as conceituações sobre planejamento de ensino, mas de acordo com Turra et al (1995), com base em Mattos e Cappelletti, ele é uma:

Previsão inteligente e bem calculada de todas as etapas de trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de forma a tornar o ensino seguro, econômico e eficiente. Previsão de situação específica do professor com a classe. Processo de tomada de decisões bem informadas que visam a racionalização das atividades do professor e do aluno na situação de ensino-aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência maior produtividade (Turra et al, 1995, p.19).

Na concepção de Lopes (1991), o planejamento participativo proporciona a interação efetiva entre a escola e a realidade social. A participação de professores, alunos, pais, especialistas e demais pessoas que estão envolvidas nesse processo, seria um ponto que acarretaria contribuições e discursões para a produção de conhecimentos, tendo como referencial a realidade histórica das pessoas. Nesse sentido, o professor deve assumir uma ação pedagógica comprometida e consciente, tendo como objetivo o processo educativo transformador para a realidade que existe no local discutido.

É interessante que o planejamento realizado na escola esteja vinculado com a sociedade, possibilitando a esta, uma oportunidade de participar desse processo, na qual é de interesse e necessidade dos gestores que os alunos, os pais e as demais pessoas interessadas possam estar inclusas nesse meio, construindo assim um planejamento em conjunto (colaboração de todos), possibilitando informações que venham a ser necessárias para reformulação do mesmo, proporcionando uma dimensão participativa, ou seja, uma permuta de aprendizagem.

Uma característica do planejamento que tanto Piletti (1990), quando Turra et al (1995), abordam é a flexibilidade, pois, para eles, a flexibilidade possibilita os possíveis reajustamentos, ou seja, permite alterações, restrições ou suspensão de um determinado elemento previsto.

Vianna (1986), também comenta que o planejamento deve ser flexível, datado a cada momento e envolve decisões comunitárias em um processo em que esteja presente a decisão da maioria, tendo como tarefa a educação do brasileiro individualmente ou socialmente, a partir das necessidades de mudanças estruturais a fim de alcançar interesse e objetivos comuns.

Segundo Piletti (1990), planejar as atividades de ensino é importante, pois possibilita alguns pontos interessantes entre eles, evita a rotina e a improvisação, contribui para a realização dos objetivos almejados, promove a eficiência do ensino, garante uma maior segurança na realização do mesmo, garante economia de tempo e energia. Esses pontos apresentados proporcionam ao professor motivos, que o levem a participar e preparar seus

planos, possibilitando que consiga fazer um planejamento que atenda às necessidades apresentadas pelos educandos.

Sabermos que o conceito do planejamento, sua formulação, execução e reformulação, se fazem necessários, mas o uso criativo e racional do planejamento em todas as esferas (planos de curso, de unidade e de aula), torna-se de igual modo importante. Assim, o professor pode e deve realizar uma reflexão sobre a melhor maneira de ensinar uma atividade, durante o ano ou período em que for lecionar, não esquecendo que o planejamento coletivo é uma maneira de alcançar os objetivos da maioria em detrimento da realidade encontrada.

Em síntese, planejamento é uma especificação do programa de ensino, um facilitador da tarefa do professor, no entender de Medeiros (1998). Isto inclui, segundo Libâneo (1994), a racionalização, organização, coordenação do seu agir, interligando os conteúdos escolares e as questões sociais.

Em face do exposto, podemos concluir que a concepção de planejamento do ensino aqui esboçada justifica-se pelo simples fato de que, como a educação, a ação de planejar não pode ser encarada como uma atividade neutra. De outra parte, a opção do professor por um ensino crítico e transformador, somente se concretizará através de uma sistemática de planejar seu trabalho de forma participativa e problematizadora, que ouse dar oportunidade para o aluno reelaborar os conteúdos do saber sistematizado, com vistas à produção de novos conhecimentos.

4.2 Prática docente

Uma prática docente, deve ser refletida, lida e discutida. Os professores querem sempre ensinar seus alunos, porém, mais que ensinar, querem que aprendam e se interessem pelo que vão aprender, para que esse conhecimento seja significativo. E diante desse anseio surge a questão: Como fazer isso?

Dessa forma, refletiremos sobre a relação ensinar/aprender, com enfoque no como ensinar, para que o aluno aprenda tanto no nível cognitivo quanto no afetivo e motor. Algumas indagações surgirão no início de cada subtema: O ensinar e o aprender estão interligados? Como ensinar de modo integral? Qual o procedimento de ensino mais adequado?

Essas e outras questões podem servir como eixo direcionador da prática docente em cada ano letivo, quando surgem uma nova classe, com alunos diversificados, provenientes de diferentes contextos sociais. Inúmeras expectativas surgem em quem ensina e quem aprende nesse cenário. Por exemplo:

4.2.1 Ensino e aprendizagem estão conectados?

Quando o professor preocupa-se como ensinar seu aluno, está implícito o processo de ensino-aprendizagem, pois eles estão conectados. Quando ensino algo a alguém, parto do pressuposto de que quero que esse alguém aprenda o que será ensinado. Para isso penso e elaboro o modo como esse aprendizado será transmitido.

O processo de ensino aprendizagem gera um vínculo entre quem ensina e o aprendiz. Pode-se observar isso em qualquer ação do cotidiano. Se alguém me pára na rua e me pergunta onde fica um determinado endereço, e eu sei explicar, já se criou uma relação entre ensinar e aprender. Vou ter de usar uma expressão verbal e corporal clara e direta, a fim de não confundir o aprendiz e fazê-lo interessar-se por esse processo, aprendendo o que deseja saber. O mesmo exemplo poderia ser usando se eu quisesse a alguém um novo prato que fiz no fim de semana.

Na relação ensino-aprendizagem, há dinâmica, integração, diálogo e propicia-se a troca de conhecimento nos âmbitos cognitivo, afetivo e motor entre todos os praticantes desse processo.

Na escola, essa relação também apresenta as mesma características: gera o vínculo, é interativa, dialógica, propicia a troca etc. Porém, existe uma diferença marcante: não há apenas um aprendiz nesse processo, mas um grupo de trinta pessoas, no mínimo, com características individuais, em que cada um aprende de diferentes maneiras e em tempos diferentes.

4.2.2 O que é aprendizagem integral?

Uma das preocupações do professor é fazer com que o aluno aprenda. Mas aprender o quê? Apenas o conteúdo ensinado para responder os exercícios dado em sala ou na prova? Claro evidente, que não. Quero que aprenda a ser um cidadão e transforme sua vida e o meio em que vive.

Para propiciar essa aprendizagem seccionar meu aluno pensando, “agora ele aprenderá com o cérebro”, depois com o “corpo” e assim por diante. Devo considerar que não se aprenda apenas ouvindo, mas lendo, tateando, conversando, sentindo... Aprende –se de modo integral, aprende-se pelos cinco órgãos dos sentidos.

A concepção de visão integral do ser humano existe há muitos séculos. Foi uma preocupação de vários pesquisadores da área da educação. Rousseau, Pestalozzi, Froebel,

Freinet, etc. Todos escreveram livros, propuseram métodos de ensino pautados na importância de uma educação que formasse o homem como todo.

Mas infelizmente, a visão integral do ser humano a concepção de que cada um aprende de um jeito, desvanece-se na prática docente. Nas escolas, vemos ainda os professores ministrando suas aulas sempre do mesmo modo, desconsiderando o ritmo individual da aprendizagem, as experiências, o desenvolvimento pessoal e o meio social de origem dos alunos.

É preciso contextualizar o processo de ensino aprendizagem. Para isso na construção do planejamento de ensino de uma determinada classe, o professor deve-se perguntar:

- Quem são meu alunos?
- Quais são suas experiências?
- Em que região a escola está situada?
- Que fatos históricos esses alunos estão vivendo no momento?
- Como eles aprendem?
- O que esperam das minhas aulas?

Ao preocupar-se com a forma de ensinar o aluno, o professor resgata, no seu percurso profissional, ideologias educativas por eles vividas, lidas e discutidas nos cursos de formação pedagógicas, lembranças de quando era o aluno e de como eram seus professores o que ensinavam, enfim, todas as suas experiências ao longo da vida.

Esse trajeto deve levar à conscientização primeira de que os alunos aprendem de modo integral, e depois, de que aprendem de diferentes maneiras, impedindo que as formas de ensino tornem-se uniformes e as aulas ministradas transformem-se em pacotes prontos, como receitas. Deve sempre existir na prática docente a visão de sala de aula como espaço gerador de novas ideias, em que o clima é de criatividade.

4.3 Procedimentos de ensino

O Professor precisa determinar de que forma ministrará os itens do conteúdo programático planejado. Para isso necessita retomar o que foi descrito em seu planejamento de ensino. Essa decisão mostrará a relação existente entre as etapas do plano: objetivo, conteúdo, método e avaliação.

Ao rever, o planejamento de ensino, o que se determinou para aquela classe num dado ano letivo, é fundamental ter clareza de que, de acordo com o procedimento adotado para aquela aula, pode haver alunos participantes que aprendem a pensar e expor suas reflexões; alunos apenas ouvintes, que não expressam seus pensamentos no processo de construção do conhecimento; ou alunos que constroem seus conhecimentos com o grupo-classe, trocando experiências, respeitando os colegas. Todas essas situações contribuirão para a formação dos educandos, enquanto pessoas que vivem em sociedade.

Vale ressaltar que o delineamento e o encaminhamento das reflexões-ações, são construídos pelo professor ao longo de seu percurso profissional. Ele escolherá que procedimentos de ensino serão usados para uma aula com determinado conteúdo para aquele momento do processo de ensino –aprendizagem. Turra (1982), afirma que os procedimentos de ensino são “[...] ações, processos ou comportamentos planejados pelo professor, para colocar o aluno em contato direto com coisas, fatos ou fenômenos que lhes possibilitem modificar sua conduta, em função dos objetivos previstos” (p.36)

No ato de escolher o procedimento de ensino mais adequado, o professor não deve conceber o livro didático como sinônimo de tábua de salvação (Vasconcelos, 2002), por apoiar e gerar segurança, visto que, nas aulas, o livro didático deixa de ser um recurso de ensino e passa a ser um procedimento no processo de ensino-aprendizagem. Tal escolha, conseqüentemente, traz à tona a concepção de que esse processo é homogêneo, com o qual discordo.

O professor precisa manifestar preferência por um modo de ensinar, envolver, estimular e interessar seus alunos. (Coll apud Zabala, 1998) agrupa os conteúdos de ensino em tipologias conceituais, atitudinais ou procedimentais. O que deve ser considerado nesses conteúdos não são apenas os conhecimentos transmitidos pelas disciplinas que enfatizam um aprendizado, mas aqueles que façam, os alunos aprender sob aspectos motor, social e afetivo. Pode-se com base nesse pressuposto, relacioná-los aos procedimentos de ensino.

Os procedimentos de ensino são um ato de escolha na prática docente, a fim de melhor proporcionar a aprendizagem integral dos educandos, o que significa causar-lhes transformação. Nesse ato, se o professor optar por uma tipologia conceitual (Coll apud Zabala, 1998), fará com que o aluno realmente compreenda e não apenas memorize fatos, gerando uma aprendizagem significativa para a vida além dos muros da escola, ou seja, fará com que ele aprenda a compreender.

Se adotar a tipologia procedimental (Coll apud Zabala, 1998), o professor fará com que os alunos aprendam pela ação, reflitam sobre a própria atividade e percebam que essa mesma aprendizagem pode ser aplicada em outros contextos.

E ao escolher a tipologia atitudinal (Coll apud Zabala, 1998), significa que ajudará o aluno a construir o conhecimento com base em atitudes, normas e valores vivenciados naquele aprendizado.

Mas na verdade o que podemos verificar é que um procedimento de ensino que abranja essa três tipologias pode, num determinado momento, ser mais conceitual, procedimental ou atitudinal, até integrar as três tipologias de uma só vez.

Para tornar mais fácil essa compreensão, tomemos o exemplo a seguir: Dentre os diversos conteúdos escolares de uma determinada série ou ano do ensino fundamental I, haverá um momento em que se desenvolverá o tema saneamento básico. Para propiciar a aprendizagem integral e diversificada dos alunos, o professor escolhe três procedimentos para o estudo desse plano de unidade:

1. Estudo dirigido, cujo objetivo é fazer o aluno estudar um determinado assunto com base em um roteiro, porém, mais que estudar, fazer com que o ato de ler seja significativo, isto é leve o aluno a elaborar, compreender, construir, refletir sobre as ideias expressas naquele texto, a fim de que esse aprendizado gere uma transformação no aprendiz. Os alunos farão a leitura de uma matéria de jornal que comente a importância do saneamento básico para a qualidade de vida de uma comunidade.

2. Estudo do meio, que deve levar o aluno a estudar e interagir com o meio social, cultural e natural circundante, a fim de compreender melhor seu papel na sociedade e poder sugerir mudanças.

Como atividade programada, o professor pode levar os alunos para visitar o sistema de água e esgoto da região, observar se o córrego que está no caminho da escola é poluído e em que isso prejudica a vida da comunidade, e indagar o que pode ser feito para conscientizar a população do bairro.

3. Dramatização. Com base em uma situação-problema, o aluno aprende a vivenciar a empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar do outro, de representar diferentes papéis, analisando as situações de conflito, desenvolvendo a autoconsciência e a cooperação (Masseto, 2003).

Tendo por base uma situação-problema, real ou fictícia toda vez que chove, o córrego que passa por aquela rua enche e a água transborda e invade algumas casas, um grupo

de alunos dramatizará as pessoas, cujas casas foram invadidas pelas águas poluídas do córrego e outro grupo, as pessoas que vivem essa situação.

Ao vivenciar cada etapa desses três procedimentos, os alunos, construirão os conhecimentos conceitual, atitudinal e procedimental e terão participado de uma aprendizagem integral.

Assim sendo, cabe a nós, ou a quem ainda será professor, ter claro que há diferentes procedimentos de ensino e que pode-se escolher quais os mais adequados para cada momento e usá-los em sala de aula, sem se esquecer de envolver todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem, evitando que a aula se torne uma atividade rotineira, uma mesmice.

4.3.1 Mudanças de postura pedagógica

FERGUNSON, em sua revisão paradigmática, já na década de 1980, propunha mudanças em nível científico, nas empresas, na educação, no ensino, nas atitudes do professor e do aluno e ressaltava que “não esperar que o mundo que está aí mude, pois somente no momento em que mudarmos a nós mesmos, o mundo se transformará”. A seguir, uma adaptação dos pressupostos em que se baseou:

MUDANÇA DE PARADIGMAS, SEGUNDO FERGUNSON PRESSUPOSTOS.

Do velho paradigma da educação.	Do novo paradigma do aprendizado.
Ênfase no conteúdo, adquirindo um conjunto de informações “corretas”.	Ênfase em aprender a aprender, ter acesso à informação; importância do contexto.
O aprendizado como produto, uma meta.	O aprendizado como um processo, uma jornada.
Estrutura relativamente rígida, currículo pré-determinado.	Estrutura relativamente flexível. Crença em muitos caminhos para se chegar a um determinado assunto.
Preocupação com normas.	Preocupação com o desempenho do indivíduo em termos de potencial.
A educação é encarada como necessidade social durante período de tempo.	A educação é vista como um processo que dura a vida, relacionado apenas tangencialmente com a escola.
Aumento de confiança na tecnologia (equipamentos, audiovisual, computadores, fitas, textos, desumanização).	Tecnologia apropriada. O relacionamento humano entre professor e alunos é de fundamental importância.
O professor proporciona conhecimentos: processo de mão única.	O professor é um educando também, aprendendo com seus alunos.

Geralmente em qualquer circunstância da vida queremos que o outro mude sua forma de relacionamento. Até mesmo a possibilidade em querer que o seu pensar seja o nosso. Todavia, o autor Ferguson (1980), descarta tal possibilidade e afirma que cada um deve mudar de postura, se quiser que o outro mude. Inclusive, quando se trata de assuntos educacionais.

Partindo do pressuposto, existem muitos paradigmas nas escolas a serem superados, para que assim se possa propiciar aos aprendizes uma aprendizagem significativa. Para exemplificar, nos dois primeiros ciclos do ensino fundamental, a prática e a reflexão pedagógica encontram-se relativamente organizadas. Entretanto nos dois últimos ciclos, essa prática e reflexão ainda não estão consolidadas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa, configura-se como síntese do que foi possível avançar nesta década em que a democratização das oportunidades educacionais são políticas, também no que diz respeito aos aspectos intra-escolares.

Em se tratando do ensino e da natureza da linguagem, pode-se compreender como atividade discursiva e conjuntiva, e o domínio da linguagem, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. E pela linguagem que os homens e as mulheres se comunicam, tem acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Dessa forma, um projeto educativo comprometido com a democratização social atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Essa responsabilidade de aumentar quando for menor o letramento dos alunos em suas comunidades em que vivem. Considerando essa possibilidade, cabe à escola promover essa atividade, para que os alunos sejam capazes de interpretar diferentes textos e como cidadãos produzirem outros das mais variadas situações.

4.4 Relatório da pesquisa de campo

Conforme decreto do Governo do Estado do Amazonas que autorizava com isso, a suspensão das aulas presenciais das escolas públicas, tanto na capital Manaus, quanto no interior, assim como a ausência dos alunos e funcionários públicos nestas escolas por conta da pandemia covid-19, tornou-se necessário realizar a entrevista dessas pessoas em suas próprias residências, para que assim pudessem preencher ou responder verbalmente os questionários solicitados.

Dessa forma, foi possível obter os dados necessários para a realização do presente relatório, cuja investigação teve a participação presencial de 38 pessoas entre os quais professores, alunos, pais e servidores da Escola Estadual Isaías Vasconcelos.

A pesquisa de campo procurou investigar especificamente a área de Linguagem, códigos e suas tecnologias, ou seja, qual a opinião dos entrevistados a respeito da Literatura, não somente a prática de leitura da mesma na escola, ou em sala de aula, mas num contexto social, econômico, cultural e educacional.

O questionário foi organizado com seis questionamentos para cada um dos entrevistados. Tratou-se também de pedir sinceridade em suas respostas, visto que estaria garantido o sigilo das mesmas. Segundo SNYDERS (1974), os alunos possuem uma experiência que não poderá ser ignorada pela escola, experiência das situações de vida, das relações pessoais, bem como uma multiplicidade de informações e conhecimentos, embora de forma fragmentada e dispersa.

4.4.1 Análise de dados da pesquisa

A primeira questão da pesquisa tratou a respeito da quantia mínima de pessoas dedicadas à leitura. Ao passo que, em consequência, apresentam muita dificuldade para ler e compreender textos. E, qual a maior causa?

TABELA 01					
Questão 01	Condições financeiras	Falta de incentivo	Desinteresse	Problema cultural	Falta de tempo
Respostas	01	10	15	11	01
Percentual %	2.6	26.3	39.4	28.9	2.6

Fonte: O autor

Verificou-se pelos dados da tabela anterior que 39,4% entendeu como causa maior o desinteresse, 28,9% um problema cultural, 26,3% a falta de incentivo e apenas 2,6%, atribuem isso às condições financeiras e também pela falta de tempo para a leitura.

Diante disso, causa estranhamento em saber que a maioria dos alunos não leem simplesmente por falta de interesse. Segundo Silva (2003 b: 103);

O ensino de leitura sempre pressupõe três fatores, as finalidades, os conteúdos (textos) e as pessoas envolvidas no processo, ou seja, as características dos alunos e da turma a ser trabalhada. Sem a presença desses três fatores, o trabalho com a leitura/literatura, corre o risco de se tornar vazio ou um “receituário” em que se repetem esquemas já prontos.

O segundo questionamento tratou acerca da nossa cidade, se já ocorreu eventos ou atividades nas escolas para promover a formação de leitores e/ou escritores. Caso tenha ocorrido, se participaram e com que intensidade de participação.

TABELA 02					
Questão 02	Sim muito	Sim muitíssimo	Não ocorreu	Não sabem	Não participaram
Respostas	04	12	09	06	07
Percentual %	10,5	31,5	23,6	15,7	18,4

Fonte: O autor

Na resposta, 10,5% das pessoas participaram muito dos eventos, 31,5% disseram muitíssimo, para 26,6%, isso não ocorreu, 15,7% não souberam responder e 18,4% se ocorreu, não participaram. Percebe-se que as escolas promoveram atividades ou eventos de leitura, em que a maioria disse ter tido muitíssima participação, como pode-se observar na tabela acima.

Como diz Paulo Freire (1987), se os professores e os alunos exercem o poder de produzir novos conhecimentos, a partir dos conteúdos impostos pelos currículos escolares, estariam de fato, consolidando seu poder de contribuir para a transformação da sociedade.

Realmente, confirmou-se que ocorreram eventos, e propiciaram o desenvolvimento da linguagem, a troca de experiência entre os alunos e professores assim como a melhoria das habilidades na leitura, compreensão e produção de textos.

Quando concluiu-se a realização de um evento de Literatura em nossa escola, algum dos alunos afirmou o seguinte: “Em minha opinião, foi muito bom poder participar de atividades que se tratam da leitura, pois considero ser de suma importância para todos nós alunos, seja na melhoria da leitura ou escrita”.

Vale ressaltar que esse evento foi o resultado da criação de um projeto de leitura em nossa escola, com objetivo de incentivar os alunos para ler e conseqüentemente trazer a melhoria da escrita e compreensão de textos. Analisando a história do ensino de Literatura, constatou-se que esta disciplina sempre esteve ligada a interesse de grupos dominantes e a cada época com sua respectiva filosófica, era ensinada de forma que pudesse atender a determinados objetivos.

Quanto à terceira pergunta, tratou-se de saber dos entrevistados acerca do grau de importância dado à leitura. Saiba o que foi respondido pela tabela a seguir:

TABELA 03					
Questão 03	Muitíssima	Muita	Pouca	Pouquíssima	Não se aplica
Respostas	11	13	11	02	01
Percentual %	28,9	34,2	28,9	5,26	2,63

Fonte: O autor

Nessa questão 28,9%, disseram que dão muitíssima importância à leitura, 34,2% muita, 28,9% pouca, 5,26% pouquíssima e somente 2,63% entenderam não ser aplicável.

Analisando os dados desta questão, pode-se observar muita importância dada à leitura, porém há de se refletir, porquê essas pessoas não leem. Será que as escolas cumprem o seu papel na formação de cidadãos críticos, participativos, de um cidadão-leitor? A escola e as aulas de Língua Portuguesa tem se preocupado realmente com a formação de leitor?

Segundo Antunes (2003), o trabalho com a leitura ainda está centrado em habilidades, mecânicas de decodificações da escrita, muitas vezes sem reflexão, sem diálogo com o texto, quando a leitura é utilizada serve de pretexto para atividades metalinguísticas ou finalidades meramente avaliativas.

Na quinta questão, tratou-se acerca da formação de bons leitores na sociedade que passa por dificuldades culturais, políticas e socioeconômicas. Na opinião das pessoas a quem se pode atribuir maior responsabilidade?

TABELA 04					
Questão 04	Famílias	Igrejas	Estado	Escola	Não se aplica
Respostas	17	-	07	14	-
Percentual %	44,7	0,0	18,4	36,8	0,0

Fonte: O autor

Conforme a tabela, 44,7% das pessoas atribuem essa responsabilidade às famílias, 18,4% ao Estado, 36,8% às escolas, nenhuma pessoa às igrejas e a outras não se aplica. Ao analisar essa questão, percebe-se que está nas famílias, a maior responsabilidade pela formação de bons leitores na sociedade, uma vez que deveria haver uma grande parceria de pais com as escolas. Dessa forma poderia melhorar, não somente a leitura dos alunos, mas também a educação escolar no todo. Todavia, todos os aparelhos ideológicos: o Estado, as escolas, famílias, igrejas, associações, enfim, se todos estiverem comprometidos pela causa educacional, teremos progressivamente alunos estimulados a ler e escrever. Então, pode-se perceber que as

instituições de ensino necessitam da participação de todos, inclusive da presença de pais na escola para que se possa oferecer aos seus filhos um ensino-aprendizado de melhor qualidade.

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 6º, a educação, bem como a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, segurança, previdência social, proteção à infância e a maternidade, assistência a desamparados são direitos fundamentais garantidos pela constituição.

A quinta questão investigou acerca dos fatores científicos e tecnológicos atuais que trazem maior acesso ao aprimoramento cultural e qual o grau de concordância tratado pelos participantes. Vejamos o que mostra a seguinte tabela.

TABELA 05					
Questão 05	Concorda	Discorda muito	Concorda muito	Somente discordam	Não se aplica
Respostas	21	07	02	02	06
Percentual %	55,2	18,4	5,2	5,2	15,7

Fonte: O autor

Nesta questão, 55,2% disseram concordar, 18,4% discordaram muito, 5,2% concordaram muito, 5,2% discordam da ideia, enquanto para 15,7% isso não se aplica.

Dessa forma, observa-se que a maioria entende que as inovações tecnológicas ajudam para o aprimoramento cultural. No entanto, constatamos que muitos alunos leem e escrevem com muita dificuldade. Para a autora Kleiman (2004), existem duas concepções de texto e de leitura que se perpetuam até hoje nas escolas. Ou o texto é visto como repositório de mensagens e informações, ou é visto como um conjunto de elementos gramaticais. Neste sentido é necessário que o aluno possa ler um texto com a devida compreensão e de forma contextualizada com o ensino gramatical.

Na sexta e última questão, tratou-se acerca do grau de escolaridade de cada entrevistado, nos níveis de ensino fundamental, médio e superior.

TABELA 06					
Questão 06	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	Não opinaram
Respostas	02	19	05	10	02
Percentual %	5,2	5,0	13,1	26,3	5,0

Fonte: O autor

Neste caso, 5,2% disseram ter concluído o ensino fundamental, 50% o ensino médio, enquanto que 13,1% o ensino superior, 26,3% são pós-graduados e somente 5% não expressaram opinião. Dessa forma, verifica-se que a maioria disse já haver concluído o ensino médio.

Diante desse resultado, contata-se que a Escola Estadual Isaías Vasconcelos, apresenta um quadro satisfatório de pessoas formadas em nível médio entre os quais se encontram os professores, auxiliares de serviços escolar, além de ex-alunos que se formaram nessa escola. Vale também ressaltar, que a maioria dos educadores são especializados em alguma área de conhecimentos específicos em que atuam.

Com o surgimento da escola moderna, a aprendizagem deixou de ser facultativa e tornou-se obrigatória; docentes e discentes passam a ter status diferenciado e o ensino é hierarquizado em diversos graus e níveis. E a partir de então, começam as avaliações contínuas para a passagem dos alunos de um estágio a outro do conhecimento.

A escola Estadual Isaías Vasconcelos, a qual foi escolhida para obtenção de dados deste relatório de pesquisa, foi inaugurada em 1969, às margens do Rio Solimões, nas proximidades da sede da administração de Iranduba, com o nome de Escola Municipal Isaías Vasconcelos em homenagem ao primeiro administrador de Iranduba, pois nesta época era distrito de Manaus. Em documentação, a referida escola aparece legalizada com a data de inauguração de agosto de 1975. Em abril de 1978, com a construção de um prédio em alvenaria e com mais espaços físicos, a escola foi transferida para esse prédio com a mesma denominação.

Em 1983, o Distrito de Iranduba, passou a município e, automaticamente, deixou de ser municipal, passando à condição de estadual, através do Decreto nº 7268/83, de 21/06/1983.

Por conta do Decreto Governamental nº 12,137/89 de 21/06/1986, denominou-se Escola Estadual Isaías Vasconcelos, cujo prédio encontra-se situado à avenida Rio Madeira, s/nº, centro de Iranduba e oferece a Educação Básica nas modalidades Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola, ao longo de sua história já teve oito gestões e, atualmente, encontra-se a professora ALICE MONTEIRO COELHO na gestão da mesma, sendo esta a nona gestora, sob a Portaria G5/273/2020. E, encontra-se atualmente, com o quadro de 57 servidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é a base estrutural para uma ideal sociedade justa e igualitária. Neste sentido, é de fundamental importância que se ofereça oportunidades a todos os indivíduos sem acesso ao conhecimento. Também é necessário que se desenvolva as potencialidades dos indivíduos para que tenham êxito.

As escolas devem adequar na sala de aula, técnicas inovadoras que facilitem aos alunos melhor aquisição dos conhecimentos. A leitura/Literatura, por exemplo é tida como chave, pois dá acesso ao mundo real, seja imaginário ou fictício. Cada indivíduo deve necessariamente desenvolver a competência da leitura/escrita, para que futuramente não tenha consequência com relação aos outros que desenvolvem essa habilidade em tempo hábil.

Nesse pressuposto, pode-se dizer que o ensino literário deve ser diversificado e criativo, pois tem sido cada vez mais necessário na escola atual, tendo em vista às crescentes transformações e exigências da nossa sociedade e do mercado de trabalho, quanto à capacidade de ler e interpretar textos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a literatura deve estar integrada às aulas de leitura e a metodologia de ensino deve considerar o caráter sócio interacionista da linguagem verbal, tendo o texto como objeto de trabalho, considerado nos diversos gêneros que circulam em nossa sociedade.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar hoje a falta de familiaridade com o texto literário por parte dos alunos e de muitos professores. Estes, sem refletir sobre a natureza ficcional, poético e artística da literatura, acabam produzindo sem saber a ideologia burguesa, repetindo as informações do livro didático e dando ênfase demasiado histórico à literatura. A tradicional aula de Literatura Brasileira em que predomina a memorização das características de estilos de época, nome de autores e obras não atende mais às necessidades educativas dos alunos.

A abordagem historiográfica, pode ser aliás, o caminho mais curto para dar início às mudanças no ensino. É a que mais tem condições de receber a adesão dos professores, porque é uma ferramenta útil para construção de uma visão diacrônica de literatura. Dessa forma, os professores poderão conseguir despertar o interesse dos alunos a serem leitores de textos literários.

Vale ressaltar que o professor encontra-se diante de uma realidade educacional que não permite em termos estruturais, um trabalho diversificado em suas aulas. Para criar e inovar, o professor necessita investir continuamente em sua própria formação, no intuito de atualizar-

se. Além das causas pedagógicas que dificultam o desenvolvimento das habilidades de leitura/interpretação de textos, também existem causas políticas e sociais que condicionam a desigualdade de condições de acesso à leitura e ao livro no Brasil.

Diante do exposto e das adversidades existentes na escola pública, é preciso considerar que estamos diante de vários desafios a serem superados, em detrimento de se continuar reproduzindo antigas estratégias de ensino literário que não é utilizável na atualidade. Porquanto, espera-se grandes mudanças inovadoras no ensino da literatura e que esse trabalho de pesquisa, seja um instrumento de reflexão que poderá contribuir na superação desses desafios, dos quais o problema do currículo: se quisermos que o aluno leia e considerarmos que esse é o meio mais eficiente para ele conseguir o saber que a escola almeja, então é preciso mudar o currículo, retirar dele o que é excessivo e não essencial. Torná-lo realmente significativo para alunos e professores.

[...] no microcosmo da sala de aula [...] talvez não sejamos nós, professores, o melhor informante para nossos alunos, Rodízios de livros entre alunos, bibliotecas de sala de aula, biblioteca escolar, frequência à bibliotecas públicas são algumas das formas para iniciar este circuito (GERALDI, 1985, p.87).

É importante que se crie um ambiente propício à leitura na escola, com espaços e atividades estimulantes que despertem os educandos para a leitura, tornando-os, portanto, motivados e dessa forma se tornem verdadeiros leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Carlos Drummond de. (2002.) Os ombros suportam o mundo. In_Poesia Completa. Riode Janeiro. Nova Aguilar,
- Bagno M. (2014). Uma gramática propositiva Jn: Neves, M. H. Gramatica Contemporânea: Coma palavra, os autores 1ª Ed. São Paulo: Contexto.
- Boruchovitch. Buzunec (2001). (Orgs). A motivação do aluno: Contribuições da psicologia contemporânea. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Bosi, Alfredo. (2003). A interpretação da obra literária. IN: Céu, Inferno. 2ª ed. São Paulo: DuasCidades/Ed. 34.
- Brasil. (2000). Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Candau, Vera Maria (2002) Sociedade, Educação e Cultura (s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cândido, A. (1972). A literatura e a formação do homem. Ciência e Cultura, v. 24, n. 9.
- Coelho, Nelly Novaes. (1974). O ensino da Literatura. 3ª edição. Rio de Janeiro Livraria José Olympio Editora.
- Cury. Carlos R. Jamil. (2000). Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (1998). Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação. São Paulo: Cortez.
- Franco, A. P. (2008). Forquin, Jean Claude. Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.
- Freire, Paulo. (2006). Educação como prática da liberdade. 29ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frye. N. (2000). Fábulas de identidade: estudos de mitologia poética. Trad. De Sandra Vasconcelos. São Paulo: Nova Alexandria.
- Geraldi, J. W (1985). O texto na sala de aula. Cascavel PR. Assoeste.
- Giurlani, A.G. (2004). Ambiental familiar e os efeitos do Programa EPRP destinado a atenuar problemas de comportamento e aprendizagem. Ribeirão Preto, SP.
- Jacob, Av. (2001). O desempenho escolar e suas relações com a autoconceito e auto eficiência. Tese de Doutorado, Ribeirão Preto, SP, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
- _____. (1996). Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBs). Brasília: MEC.
- Libâneo, José Carlos. (1994). Didática, São Paulo, SP: Cortez.
- Lopes, Antônia Osima. Planejamento de ensino numa perspectiva crítica de educação.
- Marques, Juracy C. (1974). Aula como processo: um programa de auto ensino. Porto Alegre: Globo.

Medeiros, Mara. (1998). Didática e prática do ensino de educação física: para além de uma abordagem formal: Goiânia. UFG.

Pereira, D. (2009). A educação informal para o teatro: ecos de entidades da sociedade civil de Pernambuco, Recife, UFPE.

Piletti, Claudino. (1990). Didática Geral. São Paulo: Ática.

Saviane, D. A. (1998). A nova lei da educação: trajetória, limites e possibilidades. Campinas, São Paulo: Autores associados.

Sposito, Marília Pontes. (1998). A instituição escolar e a violência. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. São Paulo Cortez, nº 104, jul. pp 58-75.

Teixeira, Lúcia Helena (2002). LDB e PNE. Desdobramentos na Política Educacional Brasileira. São Bernardos do Campo: UMESP.

Teles, Tenório (2010.). Leitura. Conceito, prática e literatura. Manaus: Editora Vale.

Turra, Clódia Maria Godoy et al. (1995). Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra.

Vianna, Ilca Oliveira de Almeida. (1978). Planejamento participativo na escola. Um desafio do educador. S. Paulo: Editora pedagógica universitária.

Zilberman, Regina. Silva, Ezequiel T. da. (1990). Literatura e pedagogia: ponto e contraponto. Porto Alegre: Mercado Aberto.

APÊNDICE A - PRÉ-PROJETO DE PESQUISA

TEMA: O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA LITERATURA.

DELIMITAÇÃO DO TEMA: O processo ensino- aprendizagem na literatura dos alunos da 2ª série do ensino médio.

O PROBLEMA: A desmotivação dos alunos no aprendizado da literatura.

INTRODUÇÃO

O problema da desmotivação no aprendizado em Literatura tem sido verificado, principalmente, entre os estudantes que vieram do ensino fundamental e, que agora, cursam o ensino médio. Eles não leem e nem escrevem fluentemente, de acordo com a norma padrão da escrita.

Neste sentido, verifica-se que não se trata apenas de um problema exclusivamente educacional, mas também, cultural, social, econômico e pedagógico. No entanto, o ensino médio tem por objetivo formar e preparar seus alunos para a cidadania. Caso isso não se concretize, teremos pessoas mal preparadas para o mercado de trabalho e com sérias dificuldades de leitura, compreensão textual e redacional.

E com relação às possíveis causas que desmotivam a aprendizagem da literatura nas escolas, este pré-projeto visa investigá-las, além de intervir para uma possível mudança de postura pedagógica dos profissionais da educação, assim como levá-los a refletir a respeito de como tem sido a prática do ensino de literatura, para que despertemos ao que é de suma importância aos alunos: o gosto pela literatura.

HIPÓTESE:

Atualmente, percebe-se que muitos alunos ingressam no ensino médio sem a devida preparação para essa tão importante etapa da educação básica, haja vista o baixo repertório linguístico para ler, escrever e compreender pequenos textos literários ou não, apesar de haver concluído o ensino fundamental e o sistema educacional de ensino estadual possuir o seu quadro de docentes, todos já graduados.

Diante disso, pretende-se saber o porquê de tantos alunos não terem a base necessária de conhecimentos que não é somente em literatura, mas também em outras áreas do currículo comum. Alguns dos quais, seguem com essas dificuldades até a conclusão do ensino médio.

OBJETIVOS

GERAL

- Demonstrar a importância do aprendizado da literatura para os alunos do 2º ano do ensino médio das escolas públicas estaduais no município de Iranduba.

ESPECÍFICOS:

- Identificar os fatores culturais, sociais, econômicos educacionais e pedagógicos que interferem no aprendizado da literatura;
- Investigar as causas que desmotivam o estudo da literatura;
- Promover alternativas de solução para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem do ensino de literatura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando os pais idealizam o melhor para os seus filhos, uma das metas é educá-los. Para isso, procuram logo a escola e ainda em tenra idade, estes devem aprender a ler e escrever de forma que possam seguir seus estudos desde a Educação Infantil, indo até o Ensino Superior e assim por diante.

A cada dia, na escola, os professores têm a missão de cultivar nos alunos o desejo de estudar e para isso incentivam a irem além de seus ideais, a buscar maiores conhecimentos. E isso não seria possível, senão por meio de leituras afins, para que possa ajudá-los na ortografia, além de facilitar a compreensão do texto.

Bagno (2014), completa que “além da leitura e da escrita, também existe espaço em sala de aula para a reflexão sobre a língua e a linguagem”. Ver-se então que a leitura de textos literários proporciona ao aprendiz maior reflexão quanto ao que ler podendo em seu mundo imaginário e fictício, tornar-se autor de seu próprio texto.

E, isso pode ocorrer na medida em que seus conhecimentos avançam na prática cotidiana de leitura, o que não deve existir somente em sala de aula, mas que seja uma prática constante na vida do aluno. Neste sentido, a atuação do professor como mediador do processo ensino aprendizagem é fundamental na formação de bons leitores.

Para Freire (2002), “cabe ao professor desenvolver sua prática pedagógica visando estimular seu aluno a querer aprender, a conhecer, enfim, a buscar”.

Analisando a fala do autor, o incentivo do professor ao aluno no ensino de literatura é de fundamental importância diante de escolas que são pouco atrativas, nas quais se veem

problemas de todas as ordens – sociais, políticos, econômicos, culturais e pedagógicos, que precisam ser compreendidos.

Candido (1995), afirma que a literatura desenvolve em nós a sensibilidade, tornando-nos mais compreensivos, reflexivos, críticos e abertos para novos olhares e possibilidades diante da nossa condição humana. A leitura literária permite-nos refletir sobre o mundo em nossa volta, abrindo novos horizontes, ampliando os conhecimentos, possibilitando novas perspectivas.

Diante disso, vale ressaltar a importância da prática do ato de ler. A leitura é a base de todo conhecimento, porque permite-nos como professores com que se possa melhorar tanto a escrita, como também a compreensão textual do educando. Se a escola não consegue ensinar a ler e escrever, obviamente deixará de fazer o mais importante.

Segundo pesquisa em escolas públicas diversas no Iranduba, vários fatores sociais, culturais e econômicos interferem no processo ensino aprendido da literatura dos alunos do ensino médio. Percebe-se isso facilmente no momento em que leem e escrevem com muita dificuldade.

1. Fatores sociais.

- a) **O uso da internet sem moderação.** Alguns alunos, uma minoria, conseguem com a ajuda dos pais e professores fazer uso adequado para a pesquisa do conhecimento;
- b) **A bagunça.** Em sala de aula é o que mais interfere no desempenho escolar;
- c) **Sonhos e planejamentos para o futuro.** Alguns alunos assumem responsabilidades para o próprio sucesso no dia a dia na busca de suas aspirações.
- d) **Estabilidade familiar.** Na maioria dos alunos do nível avançado, seus pais são casados. Entre os de desempenho básico, a ocorrência de pais separados é maior. Constata-se que o bom desempenho dos alunos, depende de como é o relacionamento familiar com seus pais.
- e) **Perfil de liderança.** Nas relações sociais a liderança está mais nos alunos de desempenho acima da média ou abaixo em que os líderes da interação social com os colegas, situam-se nas faixas avançada e básica, enquanto os liderados aparecem mais na faixa proficiente.
- f) **Formação dos pais.** O número de alunos avançados com pais diplomados em nível superior era mais que o dobro comparado aos de nível básico.

2. Fatores econômicos.

Trata-se de mais um fator que é importante ressaltar e que interfere muito no ensino de literatura dos alunos do ensino médio. São os fatores econômicos, pelo qual grande parte dos

indivíduos deixa de concluir seus estudos ou mesmo não estudam, porque precisam optar entre estudar ou trabalhar. Pereira (2009, p.111), conclui a sua investigação sobre o ensino informal para o teatro, ele confirma a função econômica e formativa de uma ação pedagógica inovadora, que dá asa e liberta o educando, afirmando:” Surgem artistas mais críticos, mais instrumentalizados, empenhados em serem respeitados o que amplia o mercado de trabalho. O SESC, o (Serviço Social do Comércio) como a empresa que mais absorve profissionais dessa área.

Sabe-se que na atualidade, a educação brasileira em comparação de como era nos anos anteriores, já avançou muito, oportunizando mais aqueles que não podiam estudar por suas precárias condições econômicas. Entretanto, é necessário haver muito mais investimento educacional, pois ainda existem no Brasil muitos analfabetos, além de um ensino de pouca qualidade nas escolas públicas municipais e estaduais.

De acordo com o pensamento de Freire (2005), a escola pública continua sem dominar, sequer, as ferramentas necessárias ao manejo social para se instituir como elemento transformador, visto que a educação escolar não avançou nesse sentido e continua reproduzindo ritos antigos, onde o educando é apenas um aluno sem luz- objeto e não sujeito da sua ação formativa.

3. Fatores culturais.

Cultura pode ser entendida como tudo que é produção humana, ou seja, é a maneira que cada indivíduo possui de falar, vestir, comer, manifestar-se, etc. Que constituem elementos culturais que não são expressos apenas no consciente, mas também no subconsciente dos indivíduos.

Candau (2003), afirma que cultura é um fenômeno plural, multiforme, que não é estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar.

Portanto, quando se refere à questão de considerar os conteúdos escolares como cultura, deve-se atentar para o fato de que toda educação, antes de se apegar a uma ideia, faz uma seleção e reelaboração de conteúdo, para que assim possa transmitir às novas gerações. Como cita Forquin, 2003, [...] a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também, para torná-lo efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de “transposição didática” [...] (p.16 grifa do autor).

METODOLOGIA

- A pesquisa para coleta de dados será bibliográfica e de campo, mediante questionário previamente elaborado, que deverá estar direcionado aos professores, funcionários, pais e alunos das escolas públicas a serem pesquisadas no município de Iranduba;
- Como atividade pedagógica, será programada uma mostra expositiva de Língua Portuguesa e Literatura na escola estadual Isaías Vasconcelos, na qual participarão os professores e alunos do 1º e 2º anos do ensino médio;
- Após a coleta de dados, será feita a análise dos questionários, e na sequência será realizada a intervenção pedagógica, na referida escola que é a amostra.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Atividades	Outubro 2019	Junho 2020	Julho 2020	Agosto 2020	Junho 2021	Julho 2021
Pesquisa bibliográfica	X					
Pesquisa de campo		X				
Coleta de dados			X	X		
Análise dos dados				X		
Qualificação					X	
Redação					X	
Revisão e defesa						X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios, que o sistema educacional propõe para que se consiga atingir as metas de um ensino de qualidade, tornam-se necessárias inovações nas práticas metodológicas do ensino de leitura nas salas de aula.

Atualmente, não é mais possível que se trabalhe a literatura, sem que seja contextualizada com o ensino da Gramática Normativa. Assim sendo, faz-se necessário que se ponha o aprendiz diante de uma variedade de gêneros textuais, no intuito de se desenvolver a linguagem literária com eficácia.

Diante do exposto, o ensino da Língua Portuguesa terá mais significado para os alunos, quando o professor deixar de usar os textos do livro didático, somente como um pretexto para o ensino gramatical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bagno, M. (2014). Uma gramática propositiva In: NEVES, M. H, Gramática Contemporânea: coma palavra, os autores, 1ª Ed. São Paulo: Contexto.

Candau, Vera Maria (Org.). (2002). Sociedade, Educação e Cultura (s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes.

Forquin, Jean Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.

Freire, P. (2006). Educação como prática da liberdade. 29 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pereira, D. (2009). A educação informal para o teatro: ecos de entidades da sociedade civil de Pernambuco, Recife, UFPE.

WWW.rosarraais.com.br/pesquisa_2013.bx pdf.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE OPINIÃO

Prezado (a) receptor (a), sua opinião é de fundamental importância para nossa informação no campo científico. Suas respostas serão mantidas em sigilo. **Assinale sua opção com X.** (Não é necessária a assinatura).

1) No Brasil, ouve-se dizer que poucas pessoas dedicam-se a ler. Conseqüentemente, tais pessoas têm dificuldades para escrever e ler com a devida compreensão. Ao que você atribui como *maior* causa disso:

- () Às condições financeiras () Ao desinteresse () À falta de tempo
 () À falta de incentivo () É um problema cultural.

2) Em sua cidade, onde reside, ocorreu eventos ou atividades lúdicas promovidas por escolas, para formação de leitores e escritores, dos quais você tenha participado? () Sim, participei.

- () Sim, participei muito. () Nunca participei.
 () Não ocorreu. () Não sei.

3) Desconsiderando os livros da escola e as disciplinas básicas do currículo comum, somente o seu interesse em lê. Qual o *seu grau de importância* dado à leitura?

- () muitíssimo () muito () pouco () pouquíssimo
 () Isso não se aplica.

4) Em se tratando, da formação para os bons leitores da sociedade, que passa por tais situações: cultural, política e socioeconômica, problemas pelos quais a sociedade brasileira viveu ou ainda vive nos tempos atuais. Em sua opinião, *a quem* se pode atribuir maior participação?

- () às famílias () ao Estado () às instituições escolares
 () às Igrejas em geral () Não se aplica.

5) Atualmente, por uma série de fatores científicos e tecnológicos, entre outros, muitos brasileiros têm maior acesso ao seu aprimoramento cultural. Muitas oportunidades se oferecem, muito mais que em tempos remotos. Quanto a essa afirmação você:

- () Concorda () Concorda muito () Discorda
 () Discorda muito () Não se aplica.

➤ **Por favor, informe o seu grau de escolaridade (completo):**

- () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior () Pós-graduação

APÊNDICE C - TABELA DE AMOSTRA DA PESQUISA DE CAMPO

Local: Escola Estadual Isaías Vasconcelos.

Quantidade de pessoas entrevistadas: 38

Categoria: professores, alunos, pais, responsáveis, e auxiliares de serviço.

Questão 01: No Brasil, ouve-se dizer que poucas pessoas dedicam-se à leitura. Consequentemente, essas pessoas têm dificuldades para lê e escrever com compreensão. Ao que você atribui como maior causa disso?

Itens respondidos	Condições Financeiras.	Falta de Incentivo.	Falta de Interesse.	Problema Cultural.	Falta de Tempo.
Respostas	01	10	15	11	01
Percentuais	2,6%	26,3%	39,4%	28,9%	2,6%

Questão 02: Em sua cidade, onde reside ocorreu eventos ou atividades lúdicas promovidas por escolas, para formação de leitores e escritores, dos quais você tenha participado?

Itens Respondidos:	Sim, Participou.	Sim, Participou Muito.	Não Ocorreu.	Não Souberam.	Não Participaram.
Respostas:	04	12	09	06	07
Percentual:	10,5%	31,5%	23,6%	15,7%	18,4%

Questão 03: Desconsiderando os livros e as disciplinas da grade curricular, considere somente o seu interesse em lê. Qual o seu grau de importância dada à leitura?

Itens Respondidos:	Muitíssimo	Muito	Pouco	Pouquíssimo	Não Se aplica.
Respostas:	11	13	11	02	01
Percentual:	28,9%	34,2%	28,9%	5,2%	2,6%

Questão 04: Em se tratando, da formação de bons leitores da sociedade brasileira, que passam por dificuldades culturais, política e econômica, problemas que sempre houve e que continuam existindo. Em sua opinião, a quem se pode atribuir maior responsabilidade?

Itens respondidos	Famílias	Igrejas	Estado	Escolas	Não se Aplica.
Respostas:	17	-	07	14	-
Percentual:	44,4%	00%	18,4%	36,8%	00%

Questão 05: Atualmente, por vários fatores tecnológicos e científicos, entre outros, muitos brasileiros têm maior acesso ao seu aprimoramento cultural. Com isso, muitas oportunidades se oferecem, mais que em tempos remotos. Quanto a essa afirmação, vocês:

Itens respondidos	Concordam	Concordam Muito.	Discordam	Discordam Muito.	Não se Aplica.
Respostas:	21	02	02	07	06
Percentual:	55,2%	5,2%	5,2%	18,4%	15,7%

Questão 06: Quanto ao grau de *escolaridade* de cada um dos entrevistados:

Itens Respondidos	Ensino. Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	Não Opinaram
Respostas:	02	19	05	10	02
Percentual:	5,2%	50%	13,1%	26,3%	5%

APÊNDICE D - PROJETO ESCOLAR INTERATIVO

Título: PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA

Professor Coordenador: Paulo Batista de Lima

1 OBJETIVO:

Desenvolver a prática da leitura e escrita de romance nas turmas dos alunos do Ensino Médio.

2.JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos que atualmente, a maioria dos alunos do ensino médio, ingressa nesta etapa de vida acadêmica, sem os conhecimentos básicos nas diversas áreas, inclusive quando se trata de produção textual, do qual exige destes, o domínio das habilidades de **ler, escrever e interpretar** texto, de forma que possam ter êxito no curso superior e nas avaliações externas e internas. E nesse contexto, pensou-se o referido projeto como forma de oferecer aos alunos do **2º ano**, do **turno matutino**, das turmas 02, 03, 04 e 05 do ensino médio, a oportunidade de serem autores de seus próprios textos, podendo até publicá-los.

Para Coelho (2000, p.21), a partir dos anos 60, altera-se, pela base, todas as práticas metodológicas, pois se exige que as aulas de meramente *expositivas e informativas*, passem a ser *interativas, dialogantes e provocativas* da curiosidade e atenção dos educandos.

3. PÚBLICO-ALVO: Alunos do 2º ano do Ensino Médio.

4. LOCAL: Na própria escola Isaías Vasconcelos.

5.PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS

1º passo: Início da atividade. Formação das equipes e inscrição no projeto;

2º passo: Escolha do tema e elaboração do 1º capítulo;

3º passo: Elaboração do 2º capítulo;

4º passo: Elaboração do 3º capítulo;

5º passo: Elaboração do 4º e último capítulo.

6º passo: Mostra dos trabalhos pelos alunos na sala de aula.

7º Culminância.

6.RECURSOS

Papel ofício, computador, livros de romance, livro didático, lápis, caneta, medalha para premiação do 1º, 2º e 3º lugar.

7. CRONOGRAMA: ANO LETIVO/ 2018.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	1ºBIM.	2ºBIM.	3ºBIM.	4º BIM.
Formação das equipes e escolha do tema.	X			
Elaboração do 1º capítulo.	X			
Elaboração do 2º capítulo.		X		
Elaboração do 3º capítulo.			X	
Elaboração do 4º e último capítulo.				X
Mostra dos trabalhos por equipe.				X
Culminância.				X

8. REGULAMENTOS

- Poderão participar do projeto, somente os alunos do Ensino Médio, que sejam do turno matutino das turmas do 2º ano 02, 03, 04 e 05 da escola Isaías Vasconcelos.
- Os capítulos do romance serão elaborados pelos alunos na sala de aula e servirão de nota parcial em cada bimestre do ano letivo 2018.
- É indispensável que todos os alunos inscritos, participem de suas equipes, na elaboração dos capítulos, uma vez que essa atividade valerá nota bimestral parcial.
- As equipes serão formadas por cinco, e máximo seis componentes.
- Antes do término do 4º bimestre, cada equipe deverá entregar seus trabalhos digitados constando: capa, com nome dos componentes, tema, sumário e nº de paginação.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Coelho, Nelly Novaes. (1974). O ensino da literatura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, Editora.

APÊNDICE E RELATÓRIO DE DEFESA DE QUALIFICAÇÃO

Na manhã do dia 02 de maio de 2021, foi realizado a banca de qualificação do mestrando Paulo Batista de Lina, cujo tema de pesquisa e defesa abordada tem sido acerca de “O processo ensino-aprendizagem na literatura dos alunos da 2ª série do ensino médio”, na construção da formação de professor de Língua e Literatura portuguesa, na qual sou graduado e ministro aulas. A banca foi constituída pelos professores: professora Dra. Sintia Maria Viana da Costa, professor Mestre Guidoelir Zaldivar Gonzalez e o professor Dr. Marciel Costa de Oliveira, que é o orientador desse Curso de Mestrado em Ciências da Educação e esteve presente nesse momento importante da formação acadêmica. Neste relatório constata-se também que a referida qualificação ocorreu de forma on-line, no local Instituto Educacional Guido-IEG, e que devido ao contágio do novo vírus, foram tomadas todas as medidas de proteção contra a covid-19. E ainda ressaltando, que nesse mesmo dia, qualificaram-se outros mestrandos, conforme o prazo máximo estabelecido pelos organizadores de 15 (quinze) minutos para cada apresentação. O resultado foi tido satisfatório pela bancada constituída e dessa forma, estou na próxima fase do curso que será a elaboração, revisão e defesa da dissertação, conforme o cronograma de execução das atividades programadas.

ANEXO A – FOTO SEMINÁRIO DE LITERATURA

Local: Escola Estadual Isaías Vasconcelos.



1º cenário.



2º cenário.



3º cenário.



4º cenário.



5º cenário.



6º cenário.

Participação dos Professores

Local: E.E.T.I. Maria Isabel R. Xavier Desterro e Silva.



Premiação dos Estudantes



ANEXO B – FOTO DEFESA DO PRÉ-PROJETO DE MESTRADO

Foto 01

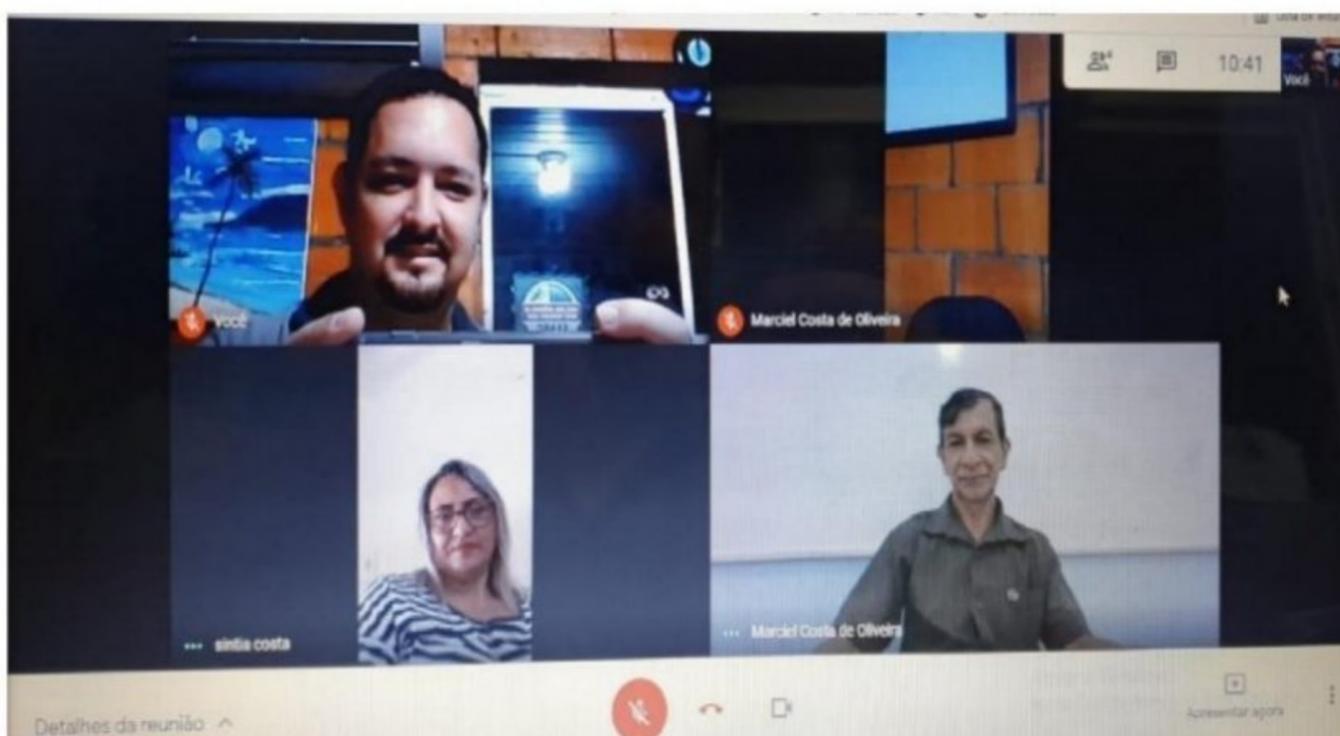


Foto 02

